



Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG  
Fls.: \_\_\_\_\_  
Ass.: \_\_\_\_\_

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022/SEPLAG - REPETIÇÃO	
PROCESSO Nº 2801370/2021/SEPLAG (SEPLAG-PRO-2022/07555)	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022/SEPLAG	
TIPO: <b>MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE</b>	
<b>DATA: 06/09/2022 – HORÁRIO 09h00min – Horário local (Cuiabá/MT).</b>	
<b>LOCAL:</b> O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no “Portal de Aquisições”, constante da página eletrônica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT – <a href="http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/">http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/</a>	
<b>OBJETO:</b> Registro de Preços para futura e eventual aquisição gêneros alimentícios, sendo Açúcar, Café, Chá Mate, Café Solúvel tipo Cappuccino e Guaraná Ralado, em atendimento à demanda dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.	
ÍNDICE	
1. PREÂMBULO.....	2
2. DO OBJETO .....	2
3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS.....	2
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	3
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL .....	4
6. DO CREDENCIAMENTO.....	5
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS.....	6
8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SIAG.....	6
9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	8
10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES.....	8
11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	10
12. DA HABILITAÇÃO.....	10
13. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	16
14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REALINHADA.....	17
15. DOS RECURSOS.....	17
17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
18. DO CONTRATO.....	20
19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	21
20. DAS SANÇÕES.....	21
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22
ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO.....	25
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.....	27
ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA.....	29
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	42
ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO ME, EPP E MEI.....	43
ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO.....	44
ANEXO VII – DA MINUTA DO CONTRATO I – ÓRGÃOS/ENTIDADES.....	51
ANEXO VII-a – MINUTA DO TERMO ANTICORRUPÇÃO (ANEXO DO CONTRATO).....	57
ANEXO VIII – DA MINUTA DO CONTRATO II – EMPRESAS ESTATAIS.....	58
TERMO DE ENCERRAMENTO.....	64





Governmento do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022/SEPLAG  
(Processo nº 2801370/2021/SEPLAG)**

**LICITAÇÃO COM LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA, LOTES RESERVADOS E LOTES EXCLUSIVOS  
PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR  
INDIVIDUAL (MEI)**

**1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, em conformidade com as Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993, LC nº 123/2006, com o Decreto Estadual nº 840/2017, suas alterações e subsidiariamente pela Lei nº 8.078/1990 (CDC) e legislação pertinente, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O Edital e seus anexos poderão ser visualizados e baixados na página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.
- 1.3. **A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO** abrirá prazo para o cadastramento eletrônico das **PROPOSTAS DE PREÇOS** e envio dos documentos de habilitação **pelo Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG**, compreendido entre **24/08/2022 a 06/09/2022**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão que o horário máximo de aceitação estará condicionado a 15 minutos antes do início da mesma, ou seja, até as **08h45min - Horário local (Cuiabá/MT)**.
- 1.4. Data e Horário de abertura da sessão pública: **06/09/2022 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT)**.
- 1.5. Local da sessão: Portal de Compras do Governo do Estado - <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.
- 1.6. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **Horário local (Cuiabá/MT)**.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. **Registro de Preços para futura e eventual aquisição gêneros alimentícios, sendo Açúcar, Café, Chá Mate, Café Solúvel tipo Cappuccino e Guaraná Ralado, em atendimento à demanda dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.**
- 2.2. **Este Pregão possui lotes de ampla concorrência/cota principal (75%) do objeto, lotes com reserva de cota (25%) e lotes exclusivos destinados às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, conforme dispõe o artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 605/18 e artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.**
- 2.3. Os quantitativos do objeto desta licitação estão distribuídos conforme discriminado no **ANEXO I**.

**3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS**

- 3.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, o SIAG, no Portal de Aquisições – <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>, onde se encontra o link para acesso.
- 3.2. A empresa que desejar participar do PREGÃO ELETRÔNICO deverá, obrigatoriamente, possuir login e senha, pessoal e intransferível no Sistema de Aquisições Governamentais (SIAG) do Estado de Mato Grosso. Caso não possua, deverá criá-los na plataforma eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> no campo **“ACESSO DE FORNECEDORES AO SISTEMA”=>Informações e Serviços aos Fornecedores =>E-Fornecedor Cadastro. Obs.: Este procedimento não substitui os documentos de habilitação solicitados na seção 12 deste Edital.**
  - 3.2.1. A quebra de sigilo ou perda da senha poderá ser regularizada através de acesso ao menu superior **“FORNECEDORES” => Informações e Serviços aos Fornecedores => Acesso ao Sistema SIAG => “Esqueci minha Senha”**, desde que o e-mail da Licitante cadastrado esteja atualizado no Cadastro de Usuários.





Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**3.2.2. Ap<sup>o</sup>s o cadastramento, o representante da empresa dever<sup>a</sup> credenciar-se e preencher no Sistema de Aquisi<sup>o</sup>es Governamentais – SIAG sua proposta de pre<sup>o</sup>s.**

**3.2.3.** Caber<sup>a</sup> ao proponente acompanhar as opera<sup>o</sup>es no sistema eletr<sup>o</sup>nico durante a sess<sup>o</sup> p<sup>u</sup>blica do Preg<sup>o</sup>, ficando respons<sup>avel</sup> pelo <sup>o</sup>nus decorrente da perda de neg<sup>o</sup>cios diante da inobserv<sup>ancia</sup> de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconex<sup>o</sup>.

- 3.3.** At<sup>e</sup> a data e hor<sup>ario</sup> previstos no **item 1.3** os interessados poder<sup>ao</sup> se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de pre<sup>o</sup>s e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletr<sup>o</sup>nico, encartar e/ou substituir documentos de habilita<sup>o</sup>es exigidos no **item 12**. Ap<sup>o</sup>s esse prazo as propostas n<sup>o</sup> poder<sup>ao</sup> ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

#### 4. DAS CONDI<sup>o</sup>ES PARA PARTICIPA<sup>o</sup>

- 4.1.** A Sess<sup>o</sup> deste PREG<sup>o</sup> ELETR<sup>o</sup>NICO ser<sup>a</sup> p<sup>u</sup>blica e realizada em conformidade com este Edital na data, hor<sup>ario</sup> e local indicado no Pre<sup>ambulo</sup>.
- 4.2.** Poder<sup>ao</sup> participar deste certame pessoas jur<sup>idicas</sup> que explorem ramo de atividade compat<sup>ivel</sup> e pertinente com o objeto desta licita<sup>o</sup>es e atendam <sup>as</sup> exig<sup>encias</sup> deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elabora<sup>o</sup>es e apresenta<sup>o</sup>es de suas propostas, n<sup>o</sup> sendo devida nenhuma indeniza<sup>o</sup>es <sup>as</sup> Licitantes pela realiza<sup>o</sup>es de tais atos.
- 4.3.** N<sup>o</sup> ser<sup>a</sup> admitida nesta licita<sup>o</sup>es a participa<sup>o</sup>es de empresas:
- I) Que se encontrem sob fal<sup>encia</sup>, concurso de credores, dissolu<sup>o</sup>es ou liquida<sup>o</sup>es;
  - II) Reunidas em cons<sup>orcio</sup>, qualquer que seja sua forma de constitui<sup>o</sup>es;
  - III) Estrangeiras que n<sup>o</sup> funcionem no Pa<sup>is</sup>;
  - IV) Empresas que tenham sido declaradas inid<sup>oneas</sup>, por qualquer <sup>o</sup>rg<sup>ao</sup> da Administra<sup>o</sup>es P<sup>u</sup>blica, Direta ou Indireta, de qualquer esfera governamental, bem como as que estejam punidas com impedimento ou suspens<sup>o</sup>es do direito de contratar ou licitar com o <sup>o</sup>rg<sup>ao</sup> ou Entidade promotora da licita<sup>o</sup>es;
  - V) Que tenham servidor de qualquer <sup>o</sup>rg<sup>ao</sup> ou Entidade vinculada ao <sup>o</sup>rg<sup>ao</sup> promotor, bem como, <sup>a</sup> empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, s<sup>ocio</sup>, dirigente ou respons<sup>avel</sup> t<sup>e</sup>cnico.
- 4.4.** Ser<sup>a</sup> admitida nesta licita<sup>o</sup>es a participa<sup>o</sup>es de Cooperativas de Trabalho, conforme previs<sup>o</sup>es disposta na Lei n<sup>o</sup> 12.690/2012, combinado com disposi<sup>o</sup>es contida no art. 34 da Lei n<sup>o</sup> 11.488/2007.
- 4.5.** A participa<sup>o</sup>es no LOTE expressamente exclusivo ou reservado <sup>a</sup> Microempresas (ME), <sup>a</sup> Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempresendedor Individual (MEI), pela Licitante que n<sup>o</sup> se enquadra na defini<sup>o</sup>es legal reservada <sup>a</sup> essas categorias, mas se declara como tal, configura fraude ao certame, sujeitando <sup>a</sup> mesma <sup>a</sup> aplica<sup>o</sup>es de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administra<sup>o</sup>es P<sup>u</sup>blica, sem preju<sup>izo</sup>es das multas previstas neste Edital e das demais comina<sup>o</sup>es legais.
- 4.6.** **Sob pena de inabilita<sup>o</sup>es ou desclassifica<sup>o</sup>es, todos os documentos apresentados pelas Licitantes dever<sup>ao</sup> referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de pre<sup>o</sup>s, salvo aqueles documentos permitidos por lei.**
- 4.7.** **As Licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informa<sup>o</sup>es e dos documentos apresentados em qualquer fase da licita<sup>o</sup>es, assumindo todos os <sup>o</sup>nus pela prepara<sup>o</sup>es da proposta assim como da habilita<sup>o</sup>es, n<sup>o</sup> cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.**
- 4.8.** Conforme instituido pelos artigos 47 e 48 da Lei Complementar n<sup>o</sup> 147/14, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresendedor Individual com exclusividade e reserva de cota do objeto, desde que n<sup>o</sup> se enquadrem em qualquer das exclus<sup>o</sup>es relacionadas no  $\S$  4<sup>o</sup> do artigo 3<sup>o</sup> da Lei Complementar n<sup>o</sup> 123/06 e ao disposto na Lei Complementar n<sup>o</sup> 147/14.
- 4.9.** Para a participa<sup>o</sup>es do(s) lote(s) da Cota Principal, as Licitantes enquadradas na condi<sup>o</sup>es de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempresendedor Individual, que pretenderem utilizar as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar n<sup>o</sup> 123/06, dever<sup>ao</sup> assinalar em campo pr<sup>oprio</sup> do Sistema, no momento do credenciamento, que atende aos requisitos do artigo 3<sup>o</sup> da Lei mencionada.





Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 4.9.1.** A aus<sup>o</sup>ncia da informa<sup>o</sup> prevista no item anterior n<sup>o</sup> impedir<sup>a</sup> a participa<sup>o</sup> da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual na Cota Principal do processo licit<sup>o</sup>rio, por<sup>o</sup>m ter<sup>a</sup> seus direitos precludidos com rela<sup>o</sup> ao exerc<sup>o</sup> das referidas prerrogativas.
- 4.10.** Para a participa<sup>o</sup> do(s) lote(s) de Cota Reservada, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI **dever<sup>a</sup>** assinalar no sistema SIAG o campo “*Declaro ser Micro ou Pequena Empresa*”, no momento do credenciamento, a condi<sup>o</sup> para o exerc<sup>o</sup> do benef<sup>o</sup>cio <sup>o</sup> referida cota.
- 4.10.1.** Ser<sup>o</sup> estendidas <sup>o</sup> cooperativas os benef<sup>o</sup>cios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n<sup>o</sup> 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 4.10.1.1.** A **Cooperativa** que se enquadrar no subitem 4.10.1 **dever<sup>a</sup>** assinalar no sistema SIAG o campo “*Declaro ser Micro ou Pequena Empresa*” para obter os benef<sup>o</sup>cios previstos a essas.
- 4.10.2.** A Licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, dever<sup>a</sup> ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restri<sup>o</sup> quanto <sup>o</sup> documenta<sup>o</sup> referente <sup>o</sup> regularidade fiscal.

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNA<sup>o</sup> DO EDITAL

- 5.1.** **At<sup>e</sup> 03 (tr<sup>es</sup>) dias u<sup>te</sup>is antes da data designada para a abertura da sess<sup>o</sup> p<sup>u</sup>blica**, qualquer interessado poder<sup>a</sup> **impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos**, mediante requerimento fundamentado e direcionado ao(<sup>a</sup>) pregoeiro(a), **a quem** caber<sup>a</sup> decidir at<sup>e</sup> o dia anterior <sup>o</sup> data de abertura da sess<sup>o</sup> da Licita<sup>o</sup> (Art. 25 e seus  $\S$ s do Decreto Estadual n<sup>o</sup> 840/17).
- 5.1.1.** A impugna<sup>o</sup> e/ou pedido de esclarecimento dever<sup>o</sup> ser realizados de forma eletr<sup>o</sup>nica (encaminhada via SIAG – Sistema de Aquisi<sup>o</sup>es Governamentais), devidamente instruidos e fundamentados.
- a)** Para criar uma impugna<sup>o</sup> ou realizar o pedido de esclarecimento, via sistema, a licitante dever<sup>a</sup> acessar no menu superior a op<sup>o</sup> “Fornecedores -> Informa<sup>o</sup>es e Servi<sup>o</sup>os aos Fornecedores”, ap<sup>o</sup>s identifica<sup>o</sup> de login e senha, acessar “Processo Aquisi<sup>o</sup> -> Editais”, pesquisar o edital por n<sup>o</sup>mero do processo ou n<sup>o</sup>mero do edital e ap<sup>o</sup>s encontr<sup>o</sup>-lo, clicar em visualizar e, estando dentro dos prazos estabelecidos em lei, o sistema apresenta a op<sup>o</sup> para “Criar Impugna<sup>o</sup>” e “Criar Esclarecimento”. A licitante dever<sup>a</sup> selecionar a op<sup>o</sup> desejada, inserir sua manifesta<sup>o</sup> de forma objetiva e resumido e anexar o respectivo arquivo, caso seja necess<sup>o</sup>rio. Para que a impugna<sup>o</sup> ou esclarecimento seja admitido pela administra<sup>o</sup>,  **$\mathbf{E}$ nv $\mathbf{i}$ ado** e n<sup>o</sup> somente salvo.
- 5.1.1.1.** Excepcionalmente, ser<sup>o</sup> admitidos neste processo licit<sup>o</sup>rio, envio de impugna<sup>o</sup>es e de pedidos de esclarecimentos por e-mail **pregao@seplag.mt.gov.br**, desde que cumpridas as exig<sup>o</sup>ncias do item 5.1 deste Instrumento.
- 5.1.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se<sup>a</sup> o dia do in<sup>o</sup>cio e incluir-se<sup>a</sup> o do vencimento, sendo que s<sup>o</sup> se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no  $\mathbf{O}$ rg<sup>o</sup> ou na Entidade, ou seja, ser<sup>o</sup> contados somente os dias u<sup>te</sup>is consecutivos de modo cont<sup>o</sup>nuo.
- 5.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos ser<sup>o</sup> divulgadas pelo Sistema de Aquisi<sup>o</sup>es Governamentais – SIAG, para conhecimento da empresa solicitante e de quaisquer interessados e vincular<sup>o</sup> os participantes e a Administra<sup>o</sup>.
- 5.3.** Se a impugna<sup>o</sup> ao Edital e/ou pedido de esclarecimento for reconhecida e julgada procedente, ser<sup>o</sup> corrigidos os v<sup>o</sup>cios e uma nova data ser<sup>a</sup> designada pela Administra<sup>o</sup>, para a realiza<sup>o</sup> do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a altera<sup>o</sup> n<sup>o</sup> afetar a formula<sup>o</sup> de propostas. (Art. 25  $\S$ 2<sup>o</sup> do Decreto Estadual n<sup>o</sup> 840/17).
- 5.4.** Decair<sup>a</sup> o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que n<sup>o</sup> o fizer at<sup>e</sup> **03 (tr<sup>es</sup>) dias u<sup>te</sup>is** antes da data designada para a realiza<sup>o</sup> do Preg<sup>o</sup> Eletr<sup>o</sup>nico, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.
- 5.5.** Havendo a ocorr<sup>o</sup>ncia de impugna<sup>o</sup> de car<sup>o</sup>ter meramente protelat<sup>o</sup>rio, ensejando assim o retardamento da execu<sup>o</sup> do certame, a autoridade competente poder<sup>a</sup>, assegurado o contradit<sup>o</sup>rio e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup> 10.520/02 e legisla<sup>o</sup> vigente.





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

## 6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. A participaq3o no certame se dar3 por meio do sistema eletr3nico no site <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>, sendo acessado pelo link "FORNECEDORES" => "Acesso ao sistema SIAG", localizado no menu lateral direito do portal, mediante digitaq3o de login e senha pessoal e intransferivel do representante credenciado.
- 6.1.1. 3 de exclusiva responsabilidade do usu3rio o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transaq3o efetuada diretamente ou por seu credenciado, n3o cabendo 3 SEPLAG a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.2. Ao acessar o sistema, a Licitante dever3:
- Localizar o Preg3o de interesse, acessando a opq3o "PREG3ES" – "LANq3AR PROPOSTA", no menu lateral esquerdo do portal;
  - Ap3s localizar o Preg3o pelo n3mero do Edital ou n3mero do Processo Administrativo, clicar em visualizar;
  - Em seguida, **dever3** optar pela declaraq3o de enquadramento ou n3o de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual:
    - A n3o identificaq3o no sistema acarretar3 preclus3o consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar n3 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 33.**
    - Para os lotes **exclusivos e cotas reservadas** do processo licitat3rio, a **n3o identificaq3o no sistema impedir3** a participaq3o da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual no certame.
    - A Licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, dever3 ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restriq3o quanto 3 documentaq3o referente 3 regularidade fiscal.
    - No momento da identificaq3o, a Licitante Microempreendedor Individual dever3 selecionar a opq3o "DECLARO SER MICRO OU PEQUENA EMPRESA."
    - Ser3o estendidas 3s cooperativas os beneflcios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n3 11.488, de 15 de junho de 2007.
    - A **Cooperativa** que se enquadrar no subitem 6.2, "c5" **dever3** assinalar no sistema Siag o campo "Declaro ser Micro ou Pequena Empresa" para obter os beneflcios previstos a essas.
- 6.3. Realizadas as devidas marcaq3es, a Licitante proceder3 3 confirmaq3o no bot3o "CREDENCIAMENTO", e ent3o poder3 aceitar ou recusar os conte3dos do Termo de Credenciamento e Declaraq3o de Habilidade, bem como imprimir referidos Termos, se assim preferir.
- 6.3.1. Recusando os termos, a Licitante n3o participar3 do certame;
- 6.3.2. Aceitando os termos, a Licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.
- 6.4. A solicitaq3o de credenciamento do respons3vel para representar os interesses da Licitante junto ao sistema eletr3nico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunq3o de capacidade t3cnica para realizaq3o das transaq3es inerentes ao Preg3o Eletr3nico.
- 6.5. 3 vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representaq3o para itens distintos.
- 6.6. D3vidas e informaq3es pertinentes ao cadastramento de fornecedores e das suas respectivas propostas poder3o ser esclarecidas por meio de v3deo-aulas, acess3vel pelo Link "V3DEOS DID3TICOS", dispon3vel no menu superior, aba "FORNECEDORES => MANUAIS E V3DEOS FORNECEDORES => V3DEOS DID3TICOS", ou ainda pela equipe de suporte ao Sistema de Aquisi3es Governamentais – SIAG, atrav3s do telefone (65) 3613-3718.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

- 7.1. Efetuado o Credenciamento, a Licitante deverá PREENCHER sua proposta de preços e incluir, **exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a sua proposta de preços escrita**, documentos estes exigidos nos itens 8 e 12 deste Edital, até a data e horário previstos no subitem 1.3, quando então encerrar-se-á automaticamente o prazo de envio da referida documentação.
- 7.1.1. Os documentos deverão ser anexados em arquivo(s) de até 8mb (oito megabytes).
- 7.1.2. Ao apresentar sua proposta, a Licitante aceita plenamente e concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 7.1.3. Durante o prazo estipulado no subitem 1.3 deste Edital, a Licitante poderá retirar ou substituir tanto a proposta anteriormente apresentada quanto os documentos de habilitação.
- 7.2. Para cadastrar a Proposta Eletrônica de Preços, a Licitante deverá clicar na opção "CRIAR PROPOSTA" e:
- a) Selecionar o lote para o qual fará a proposta;
- a.1. A descrição do objeto será automaticamente preenchida pelo Sistema conforme cadastrado na oportunidade de abertura do processo licitatório.
- b) Preencher o prazo da entrega do lote observando o previsto no Edital;
- c) **Preencher** o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais;
- d) Preencher a MARCA/MODELO, quando não for o fabricante do produto;
- d.1. A Licitante que for o fabricante do produto ofertado, atendendo ao Princípio da Impessoalidade, deverá preencher o campo <MARCA/MODELO>, com a expressão "**Marca Própria**", para não ter o risco de ter sua proposta desclassificada.
- e) Como o objeto não exige catálogo ou folders, a Licitante deve desconsiderar o campo <FICHA/CATALOGO>, não clicando ou anexando nenhum documento.
- f) **Preencher o preço ofertado, informando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**
- g) Após preencher todos os campos solicitados, clicar em **SALVAR** e em seguida **ENVIAR**.
- 7.3. O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 7.4. Após a abertura da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) pregoeiro(a).
- 7.5. Qualquer elemento que possa identificar à Licitante nesta fase importa em **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## 8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SIAG

- 8.1. Salvada a Proposta Eletrônica de Preços, a Licitante **deverá** clicar em "**ANEXO DA PROPOSTA**" para fins de **ANEXAR E ENVIAR** a **PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA**, obedecendo aos requisitos constantes no subitem 8.3.
- 8.1.1. **A Licitante deverá anexar uma proposta, conforme modelo do ANEXO II, para cada lote que deseja participar, com as informações apenas do lote pretendido.**
- 8.1.2. O não cumprimento do disposto no item 8.1 e 8.1.1 implicará na DESCCLASSIFICAÇÃO da proposta da Licitante para o lote.
- 8.1.3. **É terminantemente VEDADO** às Licitantes que participarem de mais de 01 (um) lote, anexar proposta(s) de forma escrita de outro(s) lote(s), não correspondente(s) ao lote em que está cadastrando a





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

proposta eletr3nica, **sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA** no lote e se estende também para os lotes referentes àquelas propostas anexadas indevidamente, por configurar identificação indevida da Licitante no decorrer da disputa de lances.

- 8.2. As licitantes deverão **ANEXAR** também em campo próprio (anexos da habilitação) via SIAG, dentro do prazo estabelecido para envio das propostas, **SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos na seção 12 deste Edital.
- 8.3. Para formular a Proposta de Preço, a Licitante deverá observar com atenção o Termo de Referência, que consta no **Anexo III**, parte integrante do presente Edital, principalmente nos itens que venham a fazer parte da formação do preço.
- 8.4. A PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA deve ser elaborada observando o **Formulário Padrão de Proposta - ANEXO II e Especificação – ANEXO I** e **conter obrigatoriamente:**
- 8.4.1. Descrição do objeto conforme especificação consignada no **Anexo I** e Termo de Referência – **Anexo III** deste Edital;
- 8.4.2. CNPJ/MF, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco, e assinatura do representante legal da empresa;
- 8.4.3. O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais;
- 8.4.4. Preços unitários e totais;
- 8.4.5. Marca/modelo/fabricante do produto cotado.
- 8.4.6. Uma única Marca/Fabricante/Modelo;
- 8.4.7. Para o produto **café**, deverá apresentar junto aos documentos, o certificado de qualidade e/ou pureza da “Associação Brasileira da Indústria de Café” (ABIC) e/ou Laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde ou por laboratório acreditado pelo INMETRO, vigentes;
- 8.4.8. Declaração expressa de que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;
- 8.5. O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços de Forma Escrita ANEXADA (**uma proposta para cada lote que deseja participar**), bem como dos documentos de Habilitação encartados e enviados, **após o término da etapa de lances**.
- 8.6. O não atendimento às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos implicará na DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, nos termos do item 11.2.
- 8.7. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.
- 8.7.1. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexecutable ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.
- 8.7.2. Nos casos em que as empresas se negarem a fornecer os produtos, estas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital.
- 8.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 8.9. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.10. O(A) pregoeiro(a) considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 – Página 7 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

não impliquem nulidade do procedimento, como sendo erros materiais ou formais e, conseqüentemente, classificará a empresa.

- 8.11. O(A) pregoeiro(a) poderá, no interesse da Administração Pública, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelas Licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.
- 8.12. Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos, será considerada.
- 8.13. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública para realizar análise prévia das propostas, cujo prazo será definido na própria sessão.
- 8.14. O conteúdo da proposta não poderá ser alterado, sejam com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvados os casos que se enquadrem no previsto do **item 8.10**.

### 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas de preços recebidas, sem identificação das Licitantes, por parte do sistema eletrônico.
- 9.2. A Licitante deverá utilizar sua chave de acesso e senha para participar da sessão pública na internet.
  - 9.2.1. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 9.3. **A comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.**

### 10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1. Aberta a sessão, o(a) pregoeiro(a) passará à análise e acolhimento das propostas eletrônicas e em seguida a sua divulgação.
- 10.2. O(a) pregoeiro(a) analisará as propostas eletrônicas de preços, desclassificando àquelas que não estiverem em consonância com os requisitos estabelecidos neste Edital, as que contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou que não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência, registrando a sua decisão de forma fundamentada no sistema.
  - 10.2.1. Quando houver uma única Licitante ou uma única proposta válida, caberá ao(a) pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do valor ofertado.
- 10.3. A decisão sobre classificação de propostas será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.
- 10.4. Classificadas as propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, **MAS SEMPRE INFERIOR A OFERTA INICIAL DA LICITANTE**.
- 10.5. Os lances deverão ser apresentados em valores sucessivos e decrescentes para o lote, considerando-se o VALOR UNITÁRIO DO ITEM, gerado pelo SIAG no momento do cadastramento da proposta inicial.
  - 10.5.1. Não serão aceitas cotações com valores com mais de duas casas decimais. Caso ocorra, o valor deverá ser arredondado para menor.
  - 10.5.2. As Licitantes poderão oferecer lances, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
  - 10.5.3. Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance ofertado.







**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 10.5.3.1.** A etapa de lances será visível a todos os participantes, com identificação das melhores propostas, figurando a menor proposta na cor verde, a segunda melhor proposta na cor amarelo e as demais na cor laranja.
- 10.6.** O sistema não identificará os autores dos lances ao(à) pregoeiro(a) e demais participantes.
- 10.7.** Na hipótese de haver propostas lançadas inicialmente com valores iguais, o sistema registrará por ordem de inserção, cujo desempate poderá ser efetivado através dos lances franqueados.
- 10.7.1.** Não havendo lances, como critério de desempate, em conformidade com a Lei Estadual nº 10.803/19, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- I) Produzidos no Estado;
  - II) Produzidos ou prestados por empresas mato-grossenses;
  - III) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Estado.
- 10.7.2.** Caso permaneça o empate, será aplicada a regra prevista no art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
- 10.8.** Por iniciativa do(a) pregoeiro(a), o sistema eletrônico emitirá um aviso durante a etapa de lances, sobre o início do tempo randômico, com indicação expressa pelo sistema. O tempo randômico possui duração aleatória, fixada pelo próprio sistema, variando entre 0 (zero) a 30 (trinta) minutos e com encerramento automático, sem permitir intervenção do(a) pregoeiro(a).
- 10.9.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema verificará e classificará a Licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos do **art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.**
- 10.10.** O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo as Licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.
- 10.11.** O(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ajustada ao menor lance, quanto à compatibilidade do preço ao valor estimado para licitação, à sua exequibilidade e à sua adequação ao objeto licitado.
- 10.11.1.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto;
- 10.11.2.** O valor unitário ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor unitário ofertado inicialmente pela Licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado unitário para licitação.
- 10.12.** Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) deverá negociar com a Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 10.12.1.** Erros relativos a operações matemáticas poderão ser corrigidos na etapa de negociação no caso de valores inferiores ao já ofertado.
- 10.13.** Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o valor estimado da licitação.
- 10.14.** No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.15.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do SIAG - Sistema de Aquisições Governamentais, no mesmo local de disponibilização deste Edital, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade da Licitante.
- 10.15.1.** Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) pregoeiro(a) também comunicará por meio de Aviso publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.
- 10.16.** Todos os avisos de suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes serão disponibilizados no SIAG, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade da Licitante.
- 10.17.** Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no campo





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

“DOCUMENTOS” no sistema, não podendo a Licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de preclusão.

## 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **CRITÉRIO DE MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, observando os demais requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que:
- Contenham vícios ou ilegalidades;
  - Não apresentem as especificações técnicas exigidas no presente Edital e de seus Anexos;
  - Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
  - Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada; e
  - Apresentem omissões, irregularidades ou defeitos insanáveis capazes de dificultar o julgamento.
- 11.2.1. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;
- 11.2.2. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais;
- 11.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade;
- 11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido;
- 11.2.5. Quando a Licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 11.3. Erros meramente formais poderão, após análise, serem sanadas pelo(a) pregoeiro(a), desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação às demais licitantes.
- 11.4. Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 11.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) deverá por meio do sistema eletrônico, negociar com a Licitante para que seja obtido o valor desejado.
- 11.5. Finalizada a sessão pública não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.

## 12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, será publicada em Diário Oficial do Estado e no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.
- 12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta vencedora, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

seguintes cadastros:

**12.2.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (<http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis>).

**12.2.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**12.2.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**12.2.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT;

**12.2.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.2.6.** Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

**12.3.** Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados, de forma numerada, sequencial, são os seguintes:

**12.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

- a) Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal;
- b) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores. E no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Certificado de condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**12.3.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária. A mesma poderá ser retirada no site: <https://www.gov.br/receitafederal>;
- c) Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e Não Tributárias junto à Sefaz e a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso;
  - c.1. Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede, desde que seja consolidada com a certidão da respectiva Fazenda Pública;
  - c.2. Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedida pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário ou sede;
- e) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A mesma pode ser retirada no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);
- f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho no site do Superior Tribunal do Trabalho – [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos, conforme disposto no art. 29, V da Lei nº 8.666/93.**

**12.3.2.1. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.**

**12.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme segue:
  - a.1. Empresas regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
    - publicados em Diário Oficial; ou
    - publicados em jornal de grande circulação; ou
    - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.
  - a.2. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:
    - cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, extraído do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da Licitante; ou
    - cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da Licitante.
  - a.3. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:
    - apresentar o Balanço Patrimonial conforme o **item a2.**
  - a.4. Caso a Licitante seja **Cooperativa**, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o mesmo artigo, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
  - a.5. Empresas criadas no exercício em curso ou com menos de um ano de abertura:
    - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das Licitantes.

**12.3.3.1.** O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por Contador legalmente habilitado.

**12.3.3.2.** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/07, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, na seguinte forma:

- I) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto nº 8.683/16, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;
- II) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

III) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

- b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do Balanço Patrimonial, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b.1. Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa.
- b.2. Considerando os riscos para a Administração, e que a presente licitação objetiva o Registro de Preço, sem obrigatoriedade de contratação, as Licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance)**, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93, sob pena inabilitação;
- c) Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo distribuidor da sede da mesma.
- c.1. Caso a certidão acima mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá a Licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/05, e que está cumprido regularmente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

12.3.3.3. Documentação Complementar

- a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento; **(conforme modelo anexo IV)**.
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei nº 8666/93; **(conforme modelo anexo IV)**.
- c) Declaração para fins do disposto no inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal; **(conforme modelo anexo IV)**.
- d) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; **(conforme modelo anexo IV)**.
- e) Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, servidor público do Poder Executivo Estadual, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do art. 9 da Lei nº 8666/93 e inciso X, art. 144 da Lei Complementar Estadual nº 04/1990; **(conforme modelo anexo IV)**.





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

#### 12.3.3.4. Documenta3o Complementar, exig3vel nos termos da LC n3 123/06:

- a) Declara3o de que 3 ME, EPP ou MEI e n3o se encontra em nenhuma das situa33es do 3 43, art. 33, da Lei Complementar Federal n3 123/06 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual n3 605/18, est3 apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n3 123/06 (**conforme modelo Anexo V**);
- b) Certid3o Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa;
- c) Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante dever3 apresentar **Comprovante de op3o pelo SIMPLES obtido no s3tio da Secretaria da Receita Federal. Se n3o for optante ser3 verificada a condi3o de ME/EPP atrav3s do balan3o patrimonial exigido no item 12.3.3, al3nea "a"**.

12.3.3.5. Em rela3o 3s Licitantes **Cooperativas** ser3, ainda, exigida a seguinte documenta3o complementar, conforme Anexo I - item 11.4 da INSTRU3O NORMATIVA N3 01, DE 17 JANEIRO DE 2020:

12.3.4.2.1. Rela3o dos cooperados que atendem aos requisitos t3cnicos exigidos para a contrata3o e que executar3o o Contrato, com as respectivas atas de inscri3o e a comprova3o de que est3o domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 43, inciso XI, 21, inciso I e 42, 33 23 a 63 da Lei n3 5.764 de 1971;

12.3.4.2.2. Declara3o de regularidade de situa3o do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.3.4.2.3. Comprova3o do capital social proporcional ao n3mero de cooperados necess3rios 3 execu3o do objeto;

12.3.4.2.4. Registro previsto na Lei n3 5.764, de 1971, art. 107;

12.3.4.2.5. Comprova3o de integra3o das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executar3o o contrato; e

12.3.4.2.6. Comprova3o do envio do Balan3o Geral e o Relat3rio do exerc3cio social ao 3rg3o de controle, conforme disp3e o art. 112 da Lei n3 5.764, de 1971; e

12.3.4.2.7. Os seguintes documentos para a comprova3o da regularidade jur3dica da cooperativa:

- a) Ata de funda3o;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituidos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convoca3o das tr3s 3ltimas assembleias gerais extraordin3rias;
- e) Tr3s registros de presen3a dos cooperados que executar3o o contrato em assembleias gerais ou nas reuni3es seccionais; e
- f) Ata da sess3o que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licita3o;

12.3.4.2.8. 3ltima auditoria cont3bil-financeira da cooperativa, conforme disp3e o art. 112 da Lei n3 5.764, de 1971, ou uma declara3o, sob as penas da lei, de que tal auditoria n3o foi exigida pelo 3rg3o fiscalizador.

#### 12.3.4. Relativos 3 Qualifica3o T3cnica:

12.3.4.1. A licitante dever3 apresentar **Atestado (s) de capacidade t3cnica**, emitido por pessoa jur3dica de direito P3blico ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identifica3o do emitente. O (s) Atestado(s) dever3(3o):

- a) Comprovar que a licitante forneceu ou est3 fornecendo a contento, conforme o lote ao qual participa, Fornecimento de a3u3ar, caf3, ch3 mate, caf3 sol3vel tipo cappuccino e guaran3, ou produto pertinente (s) e compat3vel(is) com a licita3o em quest3o;
- b) Conter o nome, o endere3o, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o(a) pregoeiro(a) possa valer-se para manter contato com os declarantes;
- c) Referir-se a fornecimento do produto licitado no 3mbito de sua atividade econ3mica principal ou





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

- d) Se emitido(s) por pessoa jurídica de direito público deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);
  - e) No caso de emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
    - e.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente;
    - f) Caso o(a) pregoeiro(a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da Contratante e local em que foram fornecidos os produtos, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência;
    - g) Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias ora tratadas, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de fornecimento dos produtos exigidos neste Edital;
- 12.4. As Licitantes inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso poderão apresentar o respectivo Certificado de Cadastro de Fornecedores, contemplando as informações do Balanço Patrimonial e respectivos índices de qualificação econômico-financeira.
- 12.4.1. Caso a referida Certidão contemple os documentos da habilitação jurídica (item 12.3.1), regularidade fiscal e trabalhista (item 12.3.2) e qualificação econômico-financeira (item 12.3.3) em plena validade e devidamente atualizados, esta será aceita em substituição aos documentos arrolados acima.
- 12.4.2. Se a Certidão de Cadastro de Fornecedores apresentar documentos com vigência expirada ou desatualizada, ou ainda, ausência de informações, a Licitante deverá anexar os referidos documentos no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG.
- 12.5. Os documentos apresentados pelas Licitantes nas propostas de preços e nos documentos de habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.
- 12.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da Licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:
- a) Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
  - b) Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
  - c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da Licitante.
- 12.7. Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.
- 12.7.1. Excetua-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.
- 12.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 12.9. Ao(à) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 12.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 12.11. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e observado ainda o disposto no **item 21.7**, deverá o(a) pregoeiro(a) considerar a





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

proponente **inabilitada**, salvo as situações que ensejarem a aplicação do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06. (Acórdão 1211/2021 – Plenário TCU).

- 12.12. Poderá o(a) pregoeiro(a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.
- 12.13. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.
- 12.14. Se a Licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências editalícias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade; e, após negociação, os documentos de habilitação.

### 13. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- 13.1. Para os lotes **exclusivos, cota principal ou cota reservada**, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06 deverá selecionar a opção no SIAG ser: <Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual>, antes do envio da proposta, e no momento da **Habilitação** deverá comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados na **seção 12** deste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.
  - 13.1.1. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta, conforme estabelecido no item 13.1, acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.
    - 13.1.1.1. Para participação do lote de cota reservada é obrigatório a identificação no sistema da condição de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
    - 13.1.2. **Será inabilitada** a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que se identificar como tal e não apresentar os documentos mencionados conforme **item 13.1**.
  - 13.2. Nos termos do artigo 43 da LC nº 123/06 e do art. 21, § 2º da LC nº 605/18, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme subitem 13.2.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.
    - 13.2.1. **Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (LC nº 155/16):**
      - 13.2.1.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverá assinalar no respectivo campo do SIAG, no momento do credenciamento, conforme item 6.2, **alínea "c3"** deste Edital.
      - 13.2.1.2. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
  - 13.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 13.2.1.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
  - 13.4. Em caso de atraso, por parte dos Órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, a Licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.
  - 13.5. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os **subitens 13.2.1.2 e 13.4**.
  - 13.6. O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente deverá ficar registrado em Ata da sessão do certame, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.







Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 13.7.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta melhor classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
- 13.8.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 13.8.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual melhor classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 13.8.1.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que ofertar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 13.9.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item **13.7**, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes;
- 13.10. DA COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI**
- 13.10.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, à Licitante remanescente, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado.
- 13.10.2.** Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa.
- 13.10.2.1.** **No caso descrito no subitem 13.10.2 a Licitante será chamada para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.**
- 13.10.2.2.** Havendo recusa por parte da Licitante em ajustar os preços na forma prevista no subitem 13.10.2.1, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades definidas no subitem **20.5** do Edital.
- 13.10.3.** **Não se aplica o disposto nos itens 13.7 e 13.8 aos participantes dos lotes exclusivos e de cota reservada às Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.**

#### 14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REALINHADA

- 14.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação no sistema, quando houver, a Licitante deverá encartar, via sistema, para os lotes que sagrar-se vencedora, **PROPOSTA DE PREÇO REALINHADA** ao menor lance, elaborada de acordo com as especificações do **Anexo I**, em prazo não superior a **02 (dois) dias úteis**, contado da convocação do(a) pregoeiro(a), conforme a exigência contida no Art. 39 do Decreto Estadual nº 840/17.
- 14.2.** Se a Licitante não apresentar proposta atualizada, deverá o(a) pregoeiro(a) inabilitá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora.
- 14.2.1.** Na hipótese acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar sanção administrativa à Licitante.
- 14.3.** Será declarada vencedora a Licitante que apresentar o menor preço, atender aos requisitos das propostas, e cumprir todos os requisitos de habilitação.

#### 15. DOS RECURSOS

- 15.1.** Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**15.1.1. As petiç3es de recurso (raz3es e contrarraz3es) dever3o ser encaminhadas (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema de Aquisiç3es Governamentais - SIAG, respeitando o prazo de 03 (tr3s) dias 3teis indicado no item 15.1 desta seç3o.**

**15.1.1.1.** Caber3a 3 Licitante confirmar o efetivo envio das raz3es e/ou contrarraz3es recursais pelo sistema, podendo entrar em contato com o 3rg3o (pregoeiro) para obter a confirmaç3o do envio, caso entenda necess3rio, vez que a Administraç3o n3o possui qualquer responsabilidade por falha de sistema e/ou da internet do Licitante.

- 15.2.** A falta de manifestaç3o imediata e motivada da Licitante importar3a a decad3ncia do direito de recurso.
- 15.3.** O provimento de recurso importar3a a invalidaç3o apenas dos atos insuscet3veis de aproveitamento.
- 15.4.** Caber3a ao(3) pregoeiro(a) proceder ao ju3zo de admissibilidade das intenç3es de recurso manifestadas pelas Licitantes na sess3o p3blica, buscando verificar t3o somente a presenç3a dos pressupostos recursais, ou seja, sucumb3ncia, tempestividade, legitimidade, interesse e motivaç3o, abstendo-se de analisar, de antem3o, o m3rito do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02 e do art. 44, do Decreto nº 10.024/19 (Preg3o Eletr3nico).
- 15.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicar3a e homologar3a o certame.
- 15.6.** Durante o prazo recursal, havendo interesse da Licitante, ser3 franqueada vista aos autos, por meio de arquivo digital, em PDF.
- 15.7.** Decis3o ser3 disponibilizada por meio do Sistema de Aquisiç3es Governamentais – SIAG, na 3rea p3blica, junto ao Edital.
- 15.8.** Na ocorr3ncia de manifestaç3o ou interposiç3o de recurso de car3ter meramente protelat3rio, ensejando assim o retardamento da execuç3o do certame, a autoridade competente poder3, assegurado o contradit3rio e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislaç3o vigente.

## 16. DA ADJUDICAÇ3O E HOMOLOGAÇ3O

- 16.1.** Constatado o atendimento das exig3ncias fixadas neste Edital, a Licitante ser3 declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo(a) pregoeiro(a), exceto se:
- I) Houver recurso;
  - II) Houver apenas uma proposta v3lida por lote;
  - III) O valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administraç3o.
- 16.2.** Em havendo recurso e mantida a decis3o do(a) pregoeiro(a), a autoridade competente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o - SEPLAG/MT, ap3s deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, poder3 adjudicar o objeto 3 Licitante vencedora e homologar o processo licitat3rio.
- 16.3.** Nas hip3teses dos incisos II e III do item **16.1**, o(a) pregoeiro(a) encaminhar3 os autos do processo para a autoridade competente, para poss3vel adjudicaç3o 3 Licitante vencedora e homologaç3o do procedimento licitat3rio.
- 16.4.** N3o havendo interposiç3o de recurso, o(a) pregoeiro(a) encaminhar3 os autos do processo para a autoridade competente, para poss3vel homologaç3o do procedimento licitat3rio.

## 17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1.** A Licitante vencedora, assim declarada no ato de adjudicaç3o e homologaç3o dever3 comparecer, quando convocada, no prazo m3ximo de **02 (dois) dias 3teis**, contados do recebimento da convocaç3o formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, cujas cl3usulas constam na Minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.
- 17.1.1.** A Ata de Registro de Preços dever3 ser assinada pelo representante legal da Adjudicat3ria, mediante apresentaç3o do Contrato Social, documento que comprove os poderes expressos para assinatura da Ata de Registro de Preços, e c3dula de identidade do representante, caso estes documentos n3o constem dos autos do processo licitat3rio;





Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 17.1.2.** A critério da Administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da Adjudicatária e aceito pela SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.
- 17.2.** No caso da Licitante vencedora se recusar, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços, ou não apresentar situação regular no momento da assinatura da Ata, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup> - SEPLAG/MT, reserva-se o direito de convocar a Licitante subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.
- 17.2.1.** A Licitante convocada, nas condições do subitem **17.2**, devidamente habilitada, assinará a Ata de Registro de Preços e será a nova detentora desta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes à Licitante desistente.
- 17.3.** **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação.
- 17.4.** A Ata de Registro de Preços assinada pela Licitante vencedora, estará disponível no site da SEPLAG, no link, <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br>.
- 17.5.** Os preços registrados estarão sujeitos a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, conforme disposição contida no inciso VIII do artigo 62 do Decreto nº 840/17.
- 17.6.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação da Administração Pública, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
- 17.7.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 89 e seguintes do Decreto Estadual nº 840/17 e do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 17.7.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar o **reequilíbrio** para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 8.666/93, inclusive com a comprovação da composição dos custos causados pela álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 17.7.2.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados de que trata o subitem **17.7.1** passarão por análise jurídica da Unidade Setorial da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso e contábil (**se for o caso**), cabendo ao Secretário de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup> a decisão sobre o pedido.
- 17.7.3.** Deferido o pedido pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.
- 17.8.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do Registro.
- 17.9.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SEPLAG solicitará ao fornecedor signatário, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
- 17.10.** Fracassada a negociação com o fornecedor signatário, a SEPLAG poderá rescindir a Ata de Registro de Preços e convocar, nos termos da legislação vigente, as demais empresas classificadas e habilitadas na licitação, na ordem de classificação, até que se registre novo preço, ou, fracassada a negociação, seja revogada a Ata e iniciada nova licitação.
- 17.10.1.** Em caso de fracasso na negociação caberá a rescisão da Ata e nova licitação.
- 17.11.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.
- 17.12.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
- 17.12.1.** Quando o fornecedor signatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;
- 17.12.2.** Quando o fornecedor signatário der causa a rescisão administrativa do Contrato/Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

nº 8.666/93;

- 17.12.3.** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo do Contrato/Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- 17.12.4.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 17.12.5.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.
- 17.13.** Será dada ciência do cancelamento do preço registrado por meio de Aviso publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, após o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa, sendo tal documento juntado ao respectivo processo eletrônico.
- 17.14.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.
- 17.15.** Havendo o cancelamento do preço registrado, os seus efeitos e o seu alcance ficam vinculados à decisão do seu cancelamento, podendo ou não atingir os contratos já formalizados pelos órgãos participantes e aderentes da referida Ata, a depender do seu fato gerador.
- 17.15.1.** O cancelamento do Registro de Preços será comunicado aos Órgãos e Entidades que o utilizam.
- 17.16.** Caso a SEPLAG não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 17.17.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços.
- 17.18.** Para as adesões, em regra, serão priorizados os lotes reservados às Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, conforme art. 8º, § 4º, Decreto nº 8538/15.
- 17.18.1.** Somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, no Registro de Preços, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.
- 17.18.2.** Na hipótese prevista no subitem 17.18.1, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o exaurimento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

## 18. DO CONTRATO

- 18.1.** Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação formal pelo órgão/entidade Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.1.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 18.1.2.** A Contratante por discricionariedade da Administração, poderá dispensar a formalização do contrato, caso caracterizada entrega imediata e integral, conforme rege o artigo 62 § 4º da Lei nº 8.666/1.993.
- 18.2.** O prazo da contratação será de até 12 (doze) meses, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- 18.3.** A Adjudicatária deverá apresentar no ato de assinatura do contrato:
- 18.3.1.** Para o produto café, apresentar Certificado de qualidade da "Associação Brasileira da Indústria de Café" (ABIC) e/ou Laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde ou por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando o selo de pureza e qualidade vigente;
- 18.3.2.** Indicar o responsável pela comunicação entre o Contratante e a Contratada (**Preposto**), conforme estabelece o item 10 do Termo de Referência – Anexo III do Edital;
- 18.4.** Na hipótese de a Administração decidir contratar mediante a entrega parcelada do objeto, deverá ser obrigatoriamente celebrado o contrato. Neste caso a solicitação da entrega parcelada deverá ser realizada por meio de Ordem de Fornecimento emitida no bojo do contrato.





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

#### 18.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.5.1. A Contratada n3o poder3a subcontratar total ou parcialmente o objeto.

#### 18.6. DA GARANTIA CONTRATUAL:

18.6.1. Fica dispensada a prestaç3o de garantia para execuç3o do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei n3o 8.666/93 e suas alteraç3es.

#### 18.7. DO REAJUSTE:

18.7.1. O reajuste de preç3os poder3a ser utilizado na presente contrataç3o, desde que seja observado o interregno m3nimo de 01 (um) ano da data da proposta realinhada apresentada na licitaç3o.

18.8. Para formalizaç3o do Contrato ser3a exigido Termo Anticorrupç3o (**Anexo VII-a**) das empresas beneficiadas direta ou indiretamente com recursos p3blicos estaduais, declarando formalmente que a conduç3o de seus neg3cios segue estritamente a lei, a moral e a 3tica.

18.9. 3 vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preç3os para qualquer operaç3o financeira sem a pr3via e expressa autorizaç3o da autoridade competente.

18.10. **As cl3usulas e condiç3es contratuais, inclusive as sanç3es por descumprimento das obrigaç3es ser3o aquelas previstas no Termo de Refer3ncia e Minuta do Contrato, anexos a este Edital.**

#### 18.11. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

18.11.1. Na hip3tese do Contrato a ser firmado com 3rg3o/Entidade se enquadrar no limite da Lei Estadual n3o 11.123/2020, atualizado pelo Decreto Federal n3o 9412/2018, o fornecedor dever3a comprovar que mant3m programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo 3 den3ncia de irregularidades e na aplicaç3o efetiva de c3digos de 3tica e de conduta, pol3ticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos il3citos praticados contra a Administraç3o P3blica.

18.11.2. Caso a futura Contratada ainda n3o tenha programa de integridade instituído, a Lei n3o 11.123/20 concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantaç3o do referido programa, a contar da data da celebraç3o do Contrato.

18.11.2.1. Na hip3tese do n3o cumprimento do prazo estipulado, ser3 aplicada multa de 0,02% (dois cent3simos por cento), por dia, incidente sobre o valor do Contrato a contar do t3rmino do prazo de 180 dias conforme art. 63 da citada lei.

18.11.2.1.1. O montante correspondente 3 soma dos valores b3sicos das multas morat3rias ser3 limitado a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

18.11.2.1.2. O cumprimento da exig3ncia da implantaç3o far3 cessar a aplicaç3o di3ria da multa, sendo devido o pagamento do percentual at3 o dia anterior 3 data do protocolo.

18.11.2.1.3. O cumprimento da exig3ncia da implantaç3o n3o implicar3 ressarcimento das multas aplicadas.

18.11.3. Para efetiva implantaç3o do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes correr3o 3 conta da empresa Contratada, n3o cabendo ao 3rg3o/Entidade contratante o seu ressarcimento.

### 19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da contrataç3o, objeto desta Licitaç3o, correr3o 3 conta dos **3RG3OS/ENTIDADES** adesos ao Registro de Preç3os.

### 20. DAS SANÇ3ES

20.1. A Licitante que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, n3o assinar a Ata de Registro de Preç3os, n3o celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentaç3o falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execuç3o de seu objeto, n3o mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execuç3o do Contrato, comportar-se de modo inid3neo ou cometer fraude fiscal, ficar3 impedida de licitar e contratar com a Administraç3o e ser3 descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo prazo de at3 05 (cinco) anos, em





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**20.1.1.** Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos as Licitantes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

- 20.2.** Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.3.** A não apresentação da proposta atualizada e documentos de habilitação sujeita a Licitante à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração, com seu respectivo registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado, garantido o direito de defesa.
- 20.4. Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação, Ata de Registro de Preços ou Contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.**
- 20.5.** O descumprimento da obrigação contida no item **13.10.2.2** deste Edital sujeita a Licitante ME, EPP ou MEI as sanções abaixo delimitadas, que serão aplicadas a critério da Administração, sendo elas:
- I) **Advertência;**
  - II) **Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta da Licitante;**
  - III) **Impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento do cadastro de fornecedores, por prazo a ser fixado pela autoridade competente, dentro do limite estabelecido no art. 7º da Lei nº 10.520/02;**

**20.5.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I e III do item **20.5** deste Edital.

**20.5.2.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Licitante, observando-se os procedimentos previstos em lei.

**20.5.3.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o Princípio da Proporcionalidade.

**20.6.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a Contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor homologado para a Licitante.

**20.6.1.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata, o valor das multas será calculado nos seguintes percentuais:

- I) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) do valor homologado;
- II) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento) do valor homologado, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**20.6.2.** Quanto ao atraso para assinatura do Contrato:

- I) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Nota de Empenho se for entrega única e sobre o valor do Contrato se for entrega parcelada;
- II) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor do Contrato ou Nota de Empenho, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**20.7.** As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem a Adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**21.1.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da Contratada farão parte integrante do Contrato ou Instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - Página 22 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>



SEPLAGCAP202318468A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 21.2. É facultada ao(a) pregoeiro(a) ou autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.**
- 21.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.3.1. A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços e a do Contrato.
- 21.3.2. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.
- 21.4. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao Órgão, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.
- 21.5. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.
- 21.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do futuro Contrato ou Instrumento equivalente.
- 21.8. O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retificações e publicações posteriores relativas ao presente certame, **observando o disposto no art. 11 do Decreto Estadual nº 840/17**, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT e será disponibilizado na internet, no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT, no link: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.
- 21.8.1. Serão disponibilizadas no link: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/> (Portal de aquisições) todas as informações que o(a) pregoeiro(a) e/ou comissão de licitação julgarem importantes, inclusive adendos, avisos, retificações, resposta de esclarecimento e/ou impugnação.
- 21.9. O Órgão Contratante deverá observar e fazer cumprir a legislação estadual sobre o ICMS.
- 21.10. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.
- 21.11. Órgãos/Entidades participantes que responderam as pesquisas de quantitativo nº 541/2021, disponibilizada no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, e encerrada no dia 14/09/2021, e acostada ao processo administrativo. Sendo os seguintes: AGER, CASA CIVIL, CGE, DETRAN, FAPEMAT, GOVERNADORIA, INDEA, INTERMAT, IPREM-MT, JUCEMAT, MTPREV, MTSÁUDE, PGE, SEAF, SECEL, SECITECI, SECOM, SEDEC, SEDUC, SEFAZ, SEMA, SEPLAG, SES, SESP, SETASC, SINFRA, UNEMAT.
- 21.11.1. Os Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual não participantes e demais, serão adesos na forma prevista no Decreto Federal nº 7.892/2013, suas alterações e Decreto Estadual nº. 840/2017 (Adesão Carona).
- 21.12. É possível a adesão carona de empresas estatais de Mato Grosso, na forma do art. 138-A, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 840/2017, desde que haja previsão em seus respectivos regulamentos, seguindo a contratação da minuta específica anexa (Minuta de Contrato das Empresas Estatais - Anexo VIII, regida pela Lei nº. 13.303/2016).
- 21.12.1. A possibilidade de adesão não altera o regime deste Edital de licitação, nem da respectiva Ata de Registro de Preço.
- 21.12.2. Os procedimentos de contratação pelas empresas estatais devem observar a Lei nº 13.303/2016 e seus regulamentos próprios, sem prejuízo das alterações contratuais condizentes às suas peculiaridades.
- 21.12.3. Em caso de contratação por adesão carona das empresas estatais, o regime de execução contratual seguirá as normas aplicáveis a essas pessoas jurídicas.





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**21.13.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 840/17.

**21.14. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de Contrato e Ata de Registro.**

**21.15. São partes integrantes deste Edital:**

- a) ANEXO I – Especificação;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Termo de Referência;
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de ME, EPP e MEI;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Minuta do Contrato I – Órgão/Entidades;
- h) ANEXO VII-a – Minuta de Termo Anticorrupção (anexo do Contrato);
- i) ANEXO VIII – Minuta de Contrato II – Empresas Estatais.

Cuiabá – MT, 22 de agosto de 2022.

**KATIENE CETSUMI MIYAKAWA PINHEIRO**  
Secretária Adjunta de Aquisições Governamentais/SEPLAG  
(Original assinado nos autos)

**Em conformidade:**

**LEONARDO CHAVES DE MOURA**  
Superintendente de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG  
(Original assinado nos autos)

**DANIELA MARQUES GODINHO**  
Coordenadora de Licitações Governamentais/SEPLAG  
(Original assinado nos autos)







Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO

LOTE 001 – COTA PRINCIPAL (75%)

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
<p><b>CAFÉ EM PÓ</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- TORRA: MÉDIA.</li> <li>- NOTA MÍNIMA NÃO INFERIOR A 4,5 NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10.</li> <li>- MOAGEM: FINA.</li> <li>- APRESENTAR CERTIFICADO DE QUALIDADE DA “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ” (ABIC) OU LAUDO DE ANÁLISE EMITIDO POR LABORATÓRIO HABILITADO PELA REBLAS/ANVISA, POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE OU POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, VIGENTES;</li> <li>- EMBALAGEM: A ALTO VÁCUO (OU VÁCUO TOTAL) EM SACO DE FILME PLÁSTICO OU ALUMINIZADO INTERNAMENTE, LACRADO, SEM APRESENTAR SINAIS DE VIOLAÇÃO.</li> <li>- ACONDICIONADO EM PACOTES VÁCUO PURO DE 500 GRAMAS CONTENDO, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE INFORMACOES IMPRESSAS DIRETAMENTE NA EMBALAGEM: DATA DA FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO. NÃO SERÃO ACEITAS EMBALAGENS COM RÓTULOS PROVISÓRIOS COMO, POR EXEMPLO, SOB A FORMA DE ETIQUETAS.</li> <li>- CAFÉ PARA SER UTILIZADO EM PROCESSO DE COAGEM.</li> </ul>	PT	127.791

LOTE 001.1 – COTA RESERVADA ME/EPP/MEI (25%)

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
<p><b>CAFÉ EM PÓ</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- TORRA: MÉDIA.</li> <li>- NOTA MÍNIMA NÃO INFERIOR A 4,5 NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10.</li> <li>- MOAGEM: FINA.</li> <li>- APRESENTAR CERTIFICADO DE QUALIDADE DA “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ” (ABIC) OU LAUDO DE ANÁLISE EMITIDO POR LABORATÓRIO HABILITADO PELA REBLAS/ANVISA, POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE OU POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, VIGENTES;</li> <li>- EMBALAGEM: A ALTO VÁCUO (OU VÁCUO TOTAL) EM SACO DE FILME PLÁSTICO OU ALUMINIZADO INTERNAMENTE, LACRADO, SEM APRESENTAR SINAIS DE VIOLAÇÃO.</li> <li>- ACONDICIONADO EM PACOTES VÁCUO PURO DE 500 GRAMAS CONTENDO, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE INFORMACOES IMPRESSAS DIRETAMENTE NA EMBALAGEM: DATA DA FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO. NÃO SERÃO ACEITAS EMBALAGENS COM RÓTULOS PROVISÓRIOS COMO, POR EXEMPLO, SOB A FORMA DE ETIQUETAS.</li> <li>- CAFÉ PARA SER UTILIZADO EM PROCESSO DE COAGEM.</li> </ul>	PT	42.597





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**LOTE 002, 02.1 e 003**

RESULTADO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 24.05.2022.

**LOTE 004 e 004.1**

RESULTADO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 14.02.2022.

**LOTE 005 – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
<b>GUARANÁ RALADO EM GROSA</b> - EMBALAGEM MÍNIMA DE 100G, SEM GLÚTEN, COM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE NO POTE.	UN	250





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
Proposta de Preços

Licitação: Nº **015/2022/SEPLAG** Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO. Tipo: **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.**

Licitante: \_\_\_\_\_ C.N.P.J.: \_\_\_\_\_

Tel Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ Tel Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

**LOTE “.....”**

**(AMPLA CONCORRÊNCIA/COTA PRINCIPAL)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ FABRICANTE /MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	(reproduzir especificação constante no ANEXO I)					
2						
<b>TOTAL</b>						

VALOR TOTAL UNITÁRIO DO ITEM - R\$ (VALOR POR EXTENSO)

VALOR TOTAL LOTE R\$ (VALOR POR EXTENSO)

**LOTE “.....”**

**(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ FABRICANTE /MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	(reproduzir especificação constante no ANEXO I)					
2						
<b>TOTAL</b>						

VALOR TOTAL UNITÁRIO DO ITEM - R\$ (VALOR POR EXTENSO)

VALOR TOTAL LOTE R\$ (VALOR POR EXTENSO)

**LOTE “.....”**

**(EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ FABRICANTE /MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - Página 27 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>



SEPLAGCAP202318468A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

1	(reproduzir especificação constante no ANEXO I)					
2						
TOTAL						

VALOR TOTAL UNITÁRIO DO ITEM - R\$ (VALOR POR EXTENSO)
VALOR TOTAL LOTE R\$ (VALOR POR EXTENSO)

**Estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima, sendo:**

1. O prazo de eficácia da proposta, é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais;
2. Declaro expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.
3. Para formulação desta Proposta de Preço, foram observados o Termo de Referência - Anexo III do Edital, principalmente os itens que influenciam na formação do preço;
4. Pagamento através do banco: \_\_\_\_\_  
Agência Nº \_\_\_\_\_  
C/C Nº \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 202X.

-----  
CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE  
LEGAL DA EMPRESA





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA**

TERMO DE REFERÊNCIA	
I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
1 – ÓRGÃO: SEPLAG	2 – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 017/2021
3 – Número da Unidade Orçamentária: 11101	4 – Descrição de Categoria de Investimento: ( ) Capacitação ( ) Equipamento de Apoio ( ) Equipamento de TI ( ) Consultoria/Auditoria/Assessoria ( ) Despesa de Custeio (X) Bens de consumo
5 – Unidade Administrativa Solicitante: SAG/SAAG/SEPLAG	

**II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS**

**1. OBJETO SINTÉTICO**

Registro de Preços para futura e eventual aquisição gêneros alimentícios, sendo **Açúcar, Café, Chá Mate, Café Solúvel tipo Cappuccino e Guaraná Ralado**, em atendimento à demanda dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, de acordo com os termos e as especificações deste Termo de Referência.

**2. ELENCO DOS ITENS DA CATEGORIA DE INVESTIMENTO**

**2.1. CONFORME ANEXO I – DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 015/2022.**

**3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO**

A contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios do tipo açúcar, café, chá mate, café solúvel tipo cappuccino e guaraná, tem a finalidade de garantir o provimento mensal dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual. Esta aquisição visa atender o consumo dos servidores, colaboradores e visitantes. Ademais, esta contratação tem o objetivo de assegurar o fornecimento contínuo para consumo em unidades que fazem o uso constante.

**3.1. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:**

Considerando que a aquisição de açúcar, café, chá mate, café solúvel tipo cappuccino e guaraná, é uma demanda comum e frequente dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual e embora efetuando planejamento, não é possível prever o quantitativo exato a ser adquirido, além de ser mais conveniente dita contratação com previsão de entregas parceladas para desempenho de suas atribuições, verificam-se presentes as hipóteses permissivas da utilização do Registro de Preços, conforme disposto no artigo 53 do Decreto Estadual nº 840/2017.

Nesse sentido, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura aquisição, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo assim a necessidade de controle e racionalização do gasto público.

Dessa forma, a adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o Princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir.

Ademais, proporciona também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao realizar um só processo, despende-se o tempo uma única vez, e o bem-estaria disponível sempre que necessário, para atender a todos os órgãos interessados, que por sua vez se empenhariam nas contratações específicas de sua competência.

A licitação será realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o, por se tratar de Órgão Central a quem compete gerir a política de aquisições de produtos e serviços corporativos, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

ainda realizar as licitaç3es por registro de preç3os, nos termos do previsto nos artigos 54 do Decreto Estadual nº 840/2017 e 78, III do Decreto nº 806/2017.

A estimativa dos produtos conforme pesquisa de demanda realizada junto aos 3rg3os/Entidades, acrescido de um percentual de 10% (dez por cento) como cota de seguranç3a para quaisquer eventualidades.

#### 4. DA PARTICIPAÇ3O

##### 4.1. Participaç3o de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

4.1.1. Conforme instituído pelo artigo 48, da Lei Complementar 123/06, na redaç3o dada pela Lei Complementar 147/14, bem como artigo 25 da Lei Complementar Estadual 605/2018, neste processo licitat3rio ficar3o reservados lotes para assegurar a participaç3o de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual;

4.1.1.1. Logo, ap3s concluída a pesquisa de preç3os pela Coordenadoria de Preç3os, Bens e Serviç3os, e, havendo lotes/itens com valores at3 R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o instrumento convocat3rio dever3 estabelecer a exclusividade para participaç3o de ME/EPP, conforme inciso I, art. 48, da Lei Complementar 123/2006;

4.1.1.2. Caso o valor obtido seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ser3 aplicada a cota de no m3ximo 25% (vinte e cinco por cento) destinada a participaç3o exclusiva de ME/EPP, nos termos do inciso III, art. 48, da Lei Complementar n. 123/2006.

##### 4.2. Condiç3es de Participaç3o – das Cooperativas e dos Cons3rcios:

4.2.1. Ser3 admitida nesta licitaç3o a participaç3o de Cooperativas de Trabalho, conforme previs3o disposta na Lei nº 12.690/2012, combinado com disposiç3o contida no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

4.2.2. N3o ser3 permitida a participaç3o de cons3rcios, pois n3o se trata de objeto complexo e de grandes dimens3es. E, dadas as caracter3sticas do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitaç3o, atender 3s condiç3es e os requisitos de habilitaç3o previstos neste Termo de Refer3ncia, e posteriormente fornecer o objeto. A vedaç3o 3 participaç3o de cons3rcio, nesta situaç3o, n3o acarretar3 preju3zo 3 competitividade do certame, e facilitar3 a an3lise dos documentos de habilitaç3o, que certamente s3o mais complexos em se tratando de empresas reunidas em cons3rcio.

Conforme Ac3rd3os 1.094/2004-TCU e 1.165/2012-TCU, ambos do Plen3rio, a formaç3o de cons3rcio, em regra, 3 admitida quando o objeto a ser licitado envolve quest3es de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, n3o teriam condiç3es de suprir os requisitos de habilitaç3o do edital, ficando o administrador obrigado a prever a participaç3o de cons3rcios no certame com vistas 3 ampliaç3o da competitividade e 3 obtenç3o da proposta mais vantajosa.

[...]

9.15. Quanto 3 admiss3o de cons3rcios em certames licitat3rios, conv3m transcrever an3lise constante do relat3rio do Ministro Relator Marcos Bemquerer na Decis3o 480/2002-TCU-Plen3rio:

'Em regra, o cons3rcio n3o 3 favorecido ou incentivado em nosso Direito. Como instrumento de atuaç3o empresarial, o cons3rcio pode conduzir a resultados indesej3veis. A formaç3o de cons3rcios acarreta risco da dominaç3o do mercado, atrav3s de pactos de eliminaç3o de competiç3o entre os empres3rios. No campo das licitaç3es, a formaç3o de cons3rcios pode reduzir o universo da disputa. O cons3rcio poderia retratar uma composiç3o entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competiç3o. Mas o cons3rcio tamb3m pode prestar-se a resultados positivos e compat3veis com a ordem jur3dica. H3 hip3teses em que as circunst3ncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problem3tica a competiç3o. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, n3o dispuser de condiç3es para participar da licitaç3o. Nesse caso, o instituto do cons3rcio 3 a via adequada para propiciar ampliaç3o do universo de licitantes. 3 usual que a administraç3o p3blica apenas autorize a participaç3o de empresas em cons3rcio quando as dimens3es e complexidade do objeto ou as circunst3ncias concretas exijam a associaç3o entre particulares' (Març3al Justen Filho, 'Coment3rios 3 Lei de Licitaç3o e Contratos Administrativos', 8ª Ediç3o, p3gs. 369/370).

Ademais, os Ac3rd3os nº 1.305/2013 – TCU – Plen3rio, nº 1.636/2007 - TCU – Plen3rio e nº 566/2006 - TCU – Plen3rio, s3o no sentido de que a permiss3o de empresas participarem da licitaç3o p3blica reunidas em cons3rcio recai na discricionariedade da Administraç3o.

Nesse sentido, merece destaque o posicionamento de Jess3 Torres Pereira Junior, o qual, fazendo menç3o ao entendimento do Tribunal de Contas da Uni3o sobre a mat3ria, assim se manifesta:

"(...)

Averbe-se a orientaç3o do Tribunal de Contas da Uni3o:

Ademais, a participaç3o de cons3rcios em torneios licitat3rios n3o garante aumento de competitividade, consoante arestos do relat3rio e voto que impulsionaram o Ac3rd3o nº 2.813/2004-1ª C3mara, que reproduz: "O art. 33 da Lei de Licitaç3es expressamente atribui 3 Administraç3o a prerrogativa de admitir





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

*a participac3o de cons3rcios. Est3, portanto, no 3mbito da discricionriedade da Administra3o. Isto porque a forma3o de cons3rcios tanto pode se prestar para fomentar a concorr3ncia (cons3rcio de empresas menores que, de outra forma, n3o participariam do certame), quanto cerce3-la (associa3o de empresas que, em caso contr3rio, concorreriam entre si) (...) vemos que 3 praticamente comum a n3o aceita3o de cons3rcios (...)" (Coment3rios 3 Lei de Licita3o es e Contrata3o es da Administra3o P3blica". 7o edi3o. Ed. Renovar. 2007. P3ginas 442 a 443.)*

## 5. DO JULGAMENTO E COMPOSI3O DA PROPOSTA DE PRE3OS

5.1. O Julgamento visar3 o MENOR PRE3O UNIT3RIO POR LOTE.

5.2. Consistira em 05 (CINCO) LOTES, com cota3o es de valor unit3rio e valor total para as quantidades solicitadas, conforme o ANEXO I deste Termo de Refer3ncia.

5.3. A proposta da licitante dever3 conter:

5.3.1. CNPJ/MF, endere3o completo, telefone, endere3o eletr3nico (e-mail), n3o da conta corrente, ag3ncia e respectivo Banco, e assinatura do representante legal da empresa;

5.3.2. O prazo de efic3cia da proposta, que n3o poder3 ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresenta3o da proposta realinhada, prazo este que ser3 suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais;

5.3.3. Pre3os unit3rios e totais;

5.3.4. Marca/modelo/fabricante do produto cotado.

5.3.5. Para o produto caf3, dever3 apresentar junto aos documentos, o certificado de qual idade e/ou pureza da "Associa3o Brasileira da Ind3stria de Caf3" (ABIC) e/ou Laudo de an3lise emitido por laborat3rio habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laborat3rio credenciado pelo Minist3rio da Agricultura e/ou Minist3rio da Sa3de ou por laborat3rio acreditado pelo INMETRO, vigentes;

5.4. As propostas apresentadas pelas licitantes dever3o incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenci3rios, fiscais, comerciais, fretes, seguros, servi3os, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exig3ncias editalicias e contratuais, n3o sendo admitido pleito posterior em decorr3ncia da exclus3o de quaisquer despesas incorridas.

## 6. DA HABILITA3O

6.1. A Licitante dever3 apresentar, a t3tulo de habilita3o, os documentos relativos 3 Habilita3o Jur3dica (Art.28), a Regularidade Fiscal e Trabalhista (Art.29) e a Qualifica3o econ3mico-financeira (Art.31) previstos na Lei n.3 8.666/93, que poder3o ser substituidos pelo Certificado de Registro Cadastral vigente na SEPLAG/MT, al3m dos relacionados na seq3ncia:

6.2. Quanto 3 **qualifica3o t3cnica**, a licitante dever3 apresentar:

6.2.1. Atestado (s) de capacidade t3cnica, emitido por pessoa jur3dica de direito P3blico ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identifica3o do emitente. O (s) Atestado(s) dever3(3o):

a) Comprovar que a licitante forneceu ou est3 fornecendo a contento, conforme o lote ao qual participa, Fornecimento de a3u3ar, caf3, ch3 mate, caf3 sol3vel tipo cappuccino e guaran3, ou produto pertinente (s) e compativel(is) com a licita3o em quest3o;

b) Conter o nome, o endere3o, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;

c) Referir-se a fornecimento do produto licitado no 3mbito de sua atividade econ3mica principal ou secund3ria especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jur3dicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

d) Se emitido(s) por pessoa jur3dica de direito p3blico dever3(3o) ser assinado(s) pelo respons3vel do setor competente do 3rg3o, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matricula);

e) No caso de emitido por empresa da iniciativa privada, n3o ser3 considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;

e.1) Ser3o consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa f3sica ou jur3dica que seja s3cio, propriet3rio ou titular da empresa emitente e da empresa proponente;

f) Caso o Pregoeiro(a) entenda necess3rio, a licitante, dever3 disponibilizar todas as informa3o es essenciais 3 comprova3o da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, c3pia do contrato que





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

deu suporte 3 a contrata3o, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endere3o atual da Contratante e local em que foram fornecidos os produtos, sendo que estas e outras informa3o'es complementares poder3o ser requeridas mediante dilig3ncia;

**g)** N3o h3 obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam id3nticas 3 utilizada na defini3o das categorias ora tratadas, desde que sejam suficientes 3 comprova3o de capacidade de fornecimento dos produtos exigidos neste Termo de Refer3ncia;

## 7. DO FORNECIMENTO DO OBJETO

**7.1.** A Contratada dever3 fornecer a3u3ar, caf3, caf3 tipo cappuccino, ch3 e guaran3 ralado em p3 satisfazendo as exig3ncias estabelecidas pela ANVISA por meio das Resolu3o'es (RDC) n3 271/2005, n3 277/2005, n3 273/2005 e n3 272/2005;

**7.1.1.** Todas as etapas de produ3o, embalagem, manuseio, armazenagem e transporte deve obrigatoriamente atender 3s Resolu3o'es da ANVISA e de boas pr3ticas de fabrica3o do mercado;

**7.2.** Para o produto caf3, a Contratada dever3 apresentar no ato da assinatura do contrato, o certificado de qualidade e/ou pureza da "Associa3o Brasileira da Ind3stria de Caf3" (ABIC) e/ou Laudo de an3lise emitido por laborat3rio habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laborat3rio credenciado pelo Minist3rio da Agricultura e/ou Minist3rio da Sa3de ou por laborat3rio acreditado pelo INMETRO, vigentes;

**7.3.** O prazo de validade dos produtos entregues dever3 ser igual ou superior a 06 (seis) meses da data da entrega, devidamente comprovado pelas anota3o'es de data de fabrica3o e validade, constantes da embalagem;

**7.4.** Todos os produtos dever3o obrigatoriamente atender ao Regulamento T3cnico sobre Padr3es Microbiol3gicos para alimentos - RDC Anvisa n3 12/2001;

**7.5.** A contratada ser3 respons3vel pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem at3 a sua entrega, ao 3rg3o/Entidade Contratante;

**7.6.** As embalagens dos produtos dever3o ser acondicionadas conforme padr3o do fabricante, devendo garantir a prote3o durante o transporte e estocagem, bem como constar identifica3o dos produtos e demais informa3o'es exigidas na legisla3o em vigor;

**7.7.** Os produtos dever3o estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume poss3vel, que utilize materiais recicl3veis, de forma a garantir a m3xima prote3o durante o transporte e o armazenamento;

**7.7.1.** A embalagem deve ser adequada 3 sua conserva3o e conter obrigatoriamente dados de identifica3o do produto, como marca, modelo, lote, data de fabrica3o, prazo de validade e proced3ncia do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, al3m de informa3o'es corretas, claras, precisas, ostensivas e em l3ngua portuguesa sobre suas caracter3sticas, qualidades, quantidade, composi3o, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam 3 sa3de e seguran3a dos consumidores;

**7.7.2.** Dever3o estar indicadas nas embalagens informa3o'es pertinentes ao produto que estejam de acordo com normas e resolu3o'es da ANVISA;

**7.8.** Caso seja firmado contrato, a entrega dos produtos poder3 ser efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento;

**7.8.1.** Na entrega n3o ser3 aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 94 do Decreto Estadual n3 840/2017.

**7.8.2.** A troca da marca de qualquer um dos produtos deste Termo de Refer3ncia, s3 poder3 ser realizada com pr3via autoriza3o da Contratante, mediante justificativa por escrito e apresenta3o do certificado de qualidade da "Associa3o Brasileira da Ind3stria de Caf3" (ABIC) e/ou Laudo de an3lise emitido por laborat3rio habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laborat3rio credenciado pelo Minist3rio da Agricultura e/ou Minist3rio da Sa3de ou por laborat3rio acreditado pelo INMETRO, para o caso do caf3;

**7.8.3.** A entrega do produto ficar3 a cargo da Contratada, devendo ser providenciada a m3o de obra necess3ria;

**7.8.4.** Os produtos dever3o ser entregues em perfeitas condi3o'es, no prazo e locais indicados pelo Contratante, em estrita observ3ncia das especifica3o'es do Termo de Refer3ncia e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

**7.9.** Ser3o aceitos e recebidos, somente os produtos que estiverem em perfeitas condi3o'es, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou n3o apresentem as condi3o'es ora estabelecidas, os mesmos ser3o rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substitui-los e sujeitando-o 3s san3o'es previstas no Edital e na legisla3o pertinente, quando couber.

**7.9.1.** Quaisquer produtos fornecidos que apresentem v3cios ou defeitos de fabrica3o, ser3o devolvidos, comprometendo-se a Contratada, por sua conta, a substitui-los por outros novos e em perfeito estado de utiliza3o, de acordo com as especifica3o'es do Termo de Refer3ncia e seus anexos, sem que este fato acarrete qualquer 3nus para o 3rg3o/Entidade Contratante.







Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

## 8. DOS PRAZOS E HORÁRIOS DE ENTREGA

8.1. O prazo para entrega dos produtos será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento;

8.2. Os produtos serão entregues de segunda-feira à sexta-feira, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento dos Órgãos/Entidades solicitantes, que será estipulado na Ordem de Fornecimento;

8.2.1. Os produtos não serão recebidos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.

8.2.2. Caso o horário de expediente do Órgão/Entidade Contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários de entrega dos produtos para atendimento da nova situação;

8.3. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a Contratada deverá apresentar ao Contratante justificativa por escrito indicando o prazo necessário para entrega do produto, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

## 9. DO LOCAL DE ENTREGA

9.1. Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e/ou Várzea Grande, nas unidades indicadas pelo Órgão/Entidade Contratante, na Ordem de Fornecimento.

## 10. DO PREPOSTO DA CONTRATADA

10.1. A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, um Preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço, telefones comercial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros;

10.2. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos produtos fornecidos;

10.3. A Contratada orientará seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

10.4. O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição do Contratante, devendo, contudo, serem observadas todas as exigências relativas à sua vinculação ao Contrato;

10.5. A Contratada deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Contratante, por intermédio da Fiscalização do Contratante ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas no fornecimento dos produtos objeto do contrato;

10.6. São atribuições do Preposto, dentre outras:

- a) Comandar, coordenar e controlar fornecimento dos produtos contratados;
- b) Zelar pela segurança dos empregados responsáveis pela entrega do produto ao Contratante;
- c) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da Fiscalização e das autoridades do Contratante;
- d) Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela Fiscalização e/ou pelas autoridades do Contratante, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil;
- e) Reportar-se à Fiscalização do Contratante para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do fornecimento do produto e das demais obrigações contratuais;
- f) Relatar à Fiscalização, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;
- g) Encaminhar à Fiscalização do Contratante todas as Notas Fiscais/Faturas dos produtos entregues, bem como toda a documentação complementar exigida;
- g.1) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado;
- h) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante ao Contratante por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles;

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - Página 33 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>



SEPLAGCAP202318468A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

11.1. A Contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto.

## 12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 12.1. Comparecer, quando convocado, para assinar o Contrato e a Ordem de Fornecimento no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;
- 12.2. Retirar a nota de empenho específica em prazo não superior a 03 (três) dias úteis, contados da convocação oficial;
- 12.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação;
- 12.4. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 12.5. Entregar o(s) produto(s) adjudicado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital, aderidos da Ata de Registro de Preços;
- 12.5.1. Os produtos deverão ser fornecidos conforme especificação do material constante no item 02, deste Termo de Referência, acondicionados em embalagens que certifiquem sua procedência, espécie, composição, validade, fabricação, etc;
- 12.5.1.1. Os produtos ofertados deverão estar isentos de qualquer elemento estranho ou que descaracterize total ou em parte da exigência mínima;
- 12.5.1.2. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica;
- 12.6. Entregar o(s) produto(s) contratado(s) de acordo com a necessidade do Contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.6.1. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto do contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 12.7. O fornecimento do produto deverá ser executado de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade do objeto e à satisfação da Contratante;
- 12.8. A Contratada deverá realizar a entrega dos produtos utilizando-se dos materiais, equipamentos e ferramentas próprias, que se fizerem necessários;
- 12.9. Responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interferiram em sua execução;
- 12.10. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos produtos, pertinentes ao objeto contratado;
- 12.11. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências dos Órgãos/Entidades Contratante;
- 12.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do fiscal dos Órgãos/Entidades Contratante, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, pertinentes ao objeto contratado;
- 12.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos para entrega do objeto deste Termo de Referência, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.14. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o Órgãos/entidades Contratante para a entrega do objeto contratado, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.15. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Contratante ou a terceiros;
- 12.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 12.17. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 12.18. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do objeto em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

**12.19** Prover todos os meios necessários à execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**12.20.** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento do produto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**12.21.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante;

**12.22.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes neste Termo de Referência;

**12.23.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

**12.24.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do Contratante;

**12.25.** Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na instrução normativa SLT/MPOG nº 01, de janeiro de 2010;

**12.26.** Emitir, semestralmente, documento discriminando os produtos entregues no período, de acordo com o(s) item(s) descritos neste Termo de referência, em casos de entrega parcelada;

**12.27.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 840/2017 e alterações.

**12.27.1.** A inobservância das regras previstas neste Termo de Referência acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública

### **13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

O Estado de Mato Grosso, através dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, obrigar-se a:

**13.1.** Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente;

**13.2.** Fornecer à Contratada todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança;

**13.3.** Emitir Ordem de Fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

**13.4.** Disponibilizar local adequado para a realização da entrega;

**13.5.** Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no processo licitatório;

**13.5.1.** Realizar rigorosa conferência das características dos produtos entregues, somente atestando os documentos pertinentes quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem;

**13.5.2.** Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos fornecidos, para imediata correção com a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções insanáveis, examinados no momento da entrega;

**13.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;

**13.6.1.** Os produtos poderão ser recusados e devolvidos pela Contratante nas seguintes hipóteses:

a) Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

b) Entregues em desacordo com as especificações obrigatórias do Edital;

c) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o produto entregue;

**13.7.** Notificar a Contratada de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do Contrato;

**13.8.** Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado no sistema SIAG-C, após firmar o contrato e/ou emitir a Nota de Empenho a Contratada, em atendimento à Lei de Acesso as Informações (Lei Federal nº 12.527/2011), regulamentada pelo Decreto Estadual 1.973/2013;

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso

Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - Página 35 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>



SEPLAGCAP202318468A



Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

13.9. Efetuar o pagamento à Contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e em Edital;

13.9.1. Não será efetuado pagamento à empresa Contratada, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

#### 14. DO CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação formal pelo órgão/entidade Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

14.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

14.1.2. A Contratante por discricionariedade da Administração, poderá dispensar a formalização do contrato, caso caracterizada entrega imediata e integral, conforme rege o artigo 62 § 4º da Lei 8.666/1.993.

14.2. O prazo da contratação será de até 12 (doze) meses, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

14.3. A Adjudicatária deverá apresentar no ato de assinatura do contrato:

14.4. Para o produto café, apresentar Certificado de qualidade da "Associação Brasileira da Indústria de Café" (ABIC) e/ou Laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde ou por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando o selo de pureza e qualidade vigente;

14.4.1. Indicar o responsável pela comunicação entre o Contratante e a Contratada (Preposto), conforme estabelece o item 10 deste Termo de Referência;

#### 15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### 15.2. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

15.2.1. A contratada deverá fornecer produtos em excelentes condições de uso;

15.2.2. O prazo de garantia e validade dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis) meses, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior;

15.2.2.1. O prazo de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo dos produtos pelo Contratante;

15.2.3. A garantia refere-se à deterioração do produto entregue/recebido dentro do prazo de garantia.

15.2.4. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como transporte, mão-de-obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar (em) imperfeição(ões), correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Contratante quaisquer ônus.

#### 16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pelo Contratante em favor da Contratada em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Contratante

16.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato/ordem de fornecimento, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

16.3. Caso constatada alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

16.3.1. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento fluirá a partir da respectiva data de regularização;

16.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao objeto especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e a garantia, nem implicará aceitação definitiva do objeto;

16.5. O pagamento efetuado a contratada não isentará de suas responsabilidades;

16.6. O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal;





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**16.7.** Nos casos de aplicação de penalidade em virtude inadimplência contratual pela Contratada não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações;

**16.7.1.** Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte da Contratada, quais sejam, nos casos em que o objeto não tenha sido recebido definitivamente;

**16.7.2.** As notas a serem pagas poderão sofrer desconto devido aplicação das multas/glosas previstas no Contrato;

**16.8.** O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal/Fatura estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do Contratante (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n°s 840/2017, 8.199/2006 alterado pelo 8426/2006, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Orçamentário vigente;

**16.9.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

**16.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

**16.11.** Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe);

**16.12.** Havendo acréscimo de quantitativo, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados.

**16.13.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**16.14.** Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela Contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

**16.15.** A Contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão;

**16.16.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**I)** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

**II)** prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

**III)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

#### **16.17. DO REAJUSTE**

**16.17.1.** O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data da proposta realinhada apresentada na licitação;

**16.17.2.** Será considerado índice inicial o da data da apresentação da proposta realinhada, com base na seguinte fórmula (Decreto n° 1.054/94 e Lei n° 10.192/01):

$$R = \frac{V * (I - I_0)}{I_0}$$

#### **Sendo:**

**R**= Valor do reajuste procurado;

**V**= Valor contratual do objeto;

**I**= Índice relativo ao mês do reajuste;

**I<sub>0</sub>** = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta realinhada da licitação.

**16.17.3.** O índice a ser utilizado para o cálculo do reajuste do contrato será o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**16.17.4.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

**16.17.5.** O Contratante deverá assegurar-se de que os preços reajustados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

## 17. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**17.1.** A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**17.2.** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do Contrato, a Contratante, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Supervisionar as entregas realizadas pela Contratada, observando as normas técnicas e legais aplicáveis aos produtos, emitindo mensalmente relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal;

**17.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei n. 8.666/93.

**17.4.** Será de responsabilidade do Fiscal do Contrato de cada Órgão/Entidade Contratante, a salva guarda de documentos relacionado à liberação do pagamento referente a execução do objeto contratado;

**17.5.** Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação serão utilizadas as seguintes definições:

a) Gestor/Fiscal de Contrato (unidade administrativa de controle ou equivalente) – Trata-se de servidor designado pelo Órgão/Entidade Contratante, indicado em Contrato responsável por:

1. Controlar a utilização do saldo existente, bem como os valores empenhados e a empenhar;

2. Responsável pelos contatos com a Contratada;

3. Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de Contrato previstos em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo, bem como as previstas nos instrumentos legais;

4. Notificar a Contratada sobre situações irregulares;

b) Gestor/Fiscal da Unidade – Trata-se do responsável pela unidade onde serão entregues os produtos. Este, poderá incumbir a outro servidor o papel de Fiscal da Unidade, contudo ambos respondem solidariamente. A este(s) compete(m):

1. O Acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado;

2. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da Contratada, sempre que for preciso;

3. Conferir e atestar as Notas Fiscais dos produtos entregues;

4. Notificar a Contratada e informar o Gestor do Contrato sobre situações irregulares;

**17.5.1.** O Gestor/Fiscal do Contrato e Gestor/Fiscal da Unidade podem ser a mesma pessoa, conforme definição e conveniência de cada Órgão/Entidade, devendo ser especificado no Contrato o nome do(s) mesmo(s).

**17.6.** Emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos da Contratada relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;

**17.7.** A Fiscalização do Contratante poderá solicitar informações ou esclarecimentos formalmente à Contratada diretamente ao Preposto, sendo que o prazo para resposta será no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

**17.7.1.** Caso os esclarecimentos demandados impliquem indagações de caráter técnico ou em qualquer outra hipótese de exceção, deverá ser encaminhada justificativa formal, dentro do mesmo prazo supracitado, à Fiscalização do Contratante, para que esta, caso entenda necessário, decida sobre a dilação do prazo para resposta da Contratada.

## 18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**18.1.** Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) Provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo Órgão/Entidade Contratante, no ato da entrega do produto e, encontrando irregularidade, fixará o prazo de 2 (dois) dias, para a correção/troca, ou, se aprovado, autorizará a emissão da NF;

a.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação do Fiscal da Contratada, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**b)** Definitivamente: ap<sup>o</sup>s recebimento provis<sup>o</sup>rio, ser<sup>a</sup> verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, ser<sup>a</sup> efetivado o recebimento definitivo, com aposi<sup>o</sup> de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.

**18.1.2.** Na hip<sup>o</sup>tese de irregularidade n<sup>o</sup> sanada pela Contratada, a fiscaliza<sup>o</sup> do <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>o/Entidade Contratante reduzir<sup>a</sup> a termo os fatos ocorridos e encaminhar<sup>a</sup> <sup>a</sup> autoridade superior, para procedimentos inerentes <sup>a</sup> aplica<sup>o</sup> de penalidades;

**18.1.3.** O recebimento provis<sup>o</sup>rio ou definitivo n<sup>o</sup> exclui a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) fornecido(s), e n<sup>o</sup> exclui a responsabilidade civil da Contratada por v<sup>o</sup>cios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especifica<sup>o</sup>es estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>o/Entidade Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n<sup>o</sup> 8.078/90.

## 19. DAS SAN<sup>o</sup>ES ADMINISTRATIVAS

**19.1.** Comete infra<sup>o</sup> administrativa nos termos da Lei n<sup>o</sup> 10.520/2002, a contratada que:

- a) Ensejar injustificado retardamento da execu<sup>o</sup> de seu objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execu<sup>o</sup> do contrato;
- c) Comportar-se de modo inid<sup>o</sup>neo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) N<sup>o</sup> executar, parcial ou total o contrato;

**19.2.** A Contratada que cometer infra<sup>o</sup> administrativa, estar<sup>a</sup> sujeita <sup>a</sup> aplica<sup>o</sup> das seguintes san<sup>o</sup>es a saber:

**19.2.1. Advert<sup>o</sup>ncia**, por faltas leves, nas hip<sup>o</sup>teses de execu<sup>o</sup> irregular de que n<sup>o</sup> resulte preju<sup>o</sup> para o Contratante;

### 19.2.2. Multas:

**a)** Por atraso: ser<sup>a</sup> aplicado multa morat<sup>o</sup>ria de 0,5% (cinco d<sup>e</sup>cimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado na provid<sup>o</sup>ncia necess<sup>o</sup>ria e 1% (um por cento) por dia ap<sup>o</sup>s o 30<sup>o</sup> dia de atraso at<sup>e</sup> o limite 60 (sessenta) dias, ap<sup>o</sup>s ser<sup>a</sup> considerado inexecu<sup>o</sup> total do contrato;

**b)** Por faltas m<sup>e</sup>dias ou inexecu<sup>o</sup> parcial: ser<sup>a</sup> aplicada multa de at<sup>e</sup> 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos ao Contratante e, na sua reincid<sup>o</sup>ncia, esse percentual ser<sup>a</sup> de at<sup>e</sup> 10% (dez por cento);

**c)** Por falta grave ou inexecu<sup>o</sup> total: ser<sup>a</sup> aplicada multa de at<sup>e</sup> 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Ser<sup>a</sup> entendida como falta grave aquela que acarrete preju<sup>o</sup> para o Contratante. Quanto a inexecu<sup>o</sup> total a multa ser<sup>a</sup> aplicada independentemente da exist<sup>o</sup>ncia ou n<sup>o</sup> do preju<sup>o</sup> ao Contratante, implicando ainda na possibilidade de rescis<sup>o</sup> do Contrato;

**19.2.2.1.** A multa eventualmente imposta <sup>a</sup> Contratada, poder<sup>a</sup> ser descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, garantido o contradit<sup>o</sup>rio e ampla defesa;

**19.2.2.2.** Caso a Contratada n<sup>o</sup> tenha nenhum valor a receber do <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>o/Entidade Contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-<sup>a</sup> concedido o prazo de 05 (cinco) dias <sup>u</sup>teis, contados do recebimento de sua intima<sup>o</sup>ncia, para efetuar o pagamento da multa;

**19.2.2.3.** Esgotados os meios administrativos para cobran<sup>o</sup>a, n<sup>o</sup> sendo efetuado o pagamento, seus dados ser<sup>o</sup> encaminhados ao <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>o competente para que seja inscrita na d<sup>e</sup>vida ativa do Estado, podendo ainda, o <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>o/Entidade proceder <sup>a</sup> cobran<sup>o</sup>a judicial da multa;

**19.2.2.4.** As multas previstas nesta se<sup>o</sup> n<sup>o</sup> exigem a Contratada da repara<sup>o</sup> dos eventuais danos, perdas ou preju<sup>o</sup>zos que seu ato pun<sup>o</sup>vel venha causar ao <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>o/Entidade;

**19.2.3. Suspens<sup>o</sup> tempor<sup>o</sup>ria** do direito de participar em licita<sup>o</sup> e de contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de at<sup>e</sup> 02 (dois) anos;

**19.2.4. Impedimento** de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e com conseq<sup>u</sup>ente descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de at<sup>e</sup> 05 (cinco) anos;

**19.2.5. Declara<sup>o</sup> de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administra<sup>o</sup> P<sup>u</sup>blica enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni<sup>o</sup>ncia ou at<sup>e</sup> que seja promovida a reabilita<sup>o</sup>ncia perante a pr<sup>o</sup>pria autoridade que aplicou a penalidade, que ser<sup>a</sup> concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos preju<sup>o</sup>zos causados e ap<sup>o</sup>s 02 (dois) anos de sua aplica<sup>o</sup>ncia;

**19.3.** As san<sup>o</sup>es previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5, poder<sup>o</sup> ser aplicadas juntamente com as de multa;





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**19.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;

**19.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**19.6.** Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS/MT

## **20. PÚBLICO/CLIENTELA ALVO**

**20.1.** Órgãos/Entidades participantes que responderam as pesquisas de quantitativo nº 541/2021, disponibilizada no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, e encerrada no dia 14/09/2021, e acostada ao processo administrativo. Sendo os seguintes: AGER, CASA CIVIL, CGE, DETRAN, FAPEMAT, GOVERNADORIA, INDEA, INTERMAT, IPEM-MT, JUCEMAT, MTPREV, MTSAUDE, PGE, SEAF, SECEL, SECITECI, SECOM, SEDEC, SEDUC, SEFAZ, SEMA, SEPLAG, SES, SESP, SETASC, SINFRA, UNEMAT.

**20.2** Os Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual não participantes e demais, serão adesos na forma prevista no Decreto Federal nº 7.892/2013, suas alterações e Decreto Estadual nº. 840/2017 (Adesão Carona).

## **21. RESULTADOS ESPERADOS**

Proporcionar, por meio da Ata de Registro de Preços, satisfação plena às necessidades dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, principalmente no que condiz à eficiência da execução do fornecimento e economicidade.

## **22. LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO**

- Lei 8.666/93 e alterações – Normas para Licitação;
- Lei 10.520/2002 – Institui o Pregão;
- Decreto Estadual nº 840/2017 – Regras para Aquisição;
- Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 011/2015 – Critério de Pagamento;
- Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta RP;
- Lei 123/2006 – Normas ME e EPP.
- Lei Estadual nº 7.692, de 2002
- RDC ANVISA Nº 12/2001 - Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para alimentos;
- RDC ANVISA Nº 218/2005 - Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais;
- RDC ANVISA Nº 271/2005 – Regulamento Técnico para açúcares e produtos para adoçar
- RDC ANVISA nº 277/2005 - Regulamento Técnico para café, cevada chá, erva-mate e produtos solúveis;
- RDC ANVISA, nº 273/2005 - Regulamento Técnico para misturas para o preparo de alimentos e alimentos prontos para o consumo;
- RDC ANVISA nº 272/2005 – Regulamento Técnico para produtos de vegetais, produtos de frutas e cogumelos comestíveis;

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do Registro de Preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente;

Cuiabá, MT, 05 de novembro de 2021.

Elaborado por:







**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**Leopoldo Alvino de Almeida**  
Assessor Técnico III

**De Acordo:**

**Marcela da Cruz Rodrigues**  
Coordenadora de Planejamento de Aquisições  
CPA/SSPA/SAAG/SEPLAG

**Paulo Roberto Tavares de Menezes**  
Superintendente de Sistemas e Planejamento de  
Aquisições  
SSPA/SAAG/SEPLAG





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fis.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

#### ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

#### Modelo da Declaraça3o (Empregador Pessoa Jur3dica)

(Papel timbrado da empresa)

A

#### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GEST3O

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREG3O ELETRÔNICO.

Nº 015/2022/SEPLAG TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por seu representante legal  
abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Preg3o Eletr3nico Nº 015/2022/SEPLAG, DECLARA, sob  
as penas da lei, que:

- Estar ciente e concordar com as condiç3es do Edital do Preg3o Eletr3nico nº 015/2022 e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitaça3o definidos no referido documento;
- Inexist3ncia de fato superveniente impeditivo da habilitaça3o, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93;
- N3o possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condiça3o de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituiça3o Federal e inciso V, art. 27, da Lei nº 8666/93, com redaça3o determinada pela Lei nº 9.854/99;
- N3o possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituiça3o Federal;
- N3o possui em seu quadro de pessoal servidor p3blico do Poder Executivo Estadual exercendo funç3es t3cnicas, comerciais, de ger3ncia, administraça3o ou tomada de decis3o, (inciso III, do art 9 da Lei nº 8666/93 e inciso X, art. 144 da Lei Complementar nº 04/90).

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:  
CPF:  
CNPJ da empresa



SEPLAGCAP202318468A



Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fis.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO ME, EPP E MEI**

**Modelo da Declaraç3o para ME, EPP e MEI (Empregador Pessoa Jur3dica)**

(Papel timbrado da empresa)

**A**

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GEST3O**

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREG3O ELETRÔNICO

Nº 015/2022/SEPLAG TIPO: **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por seu representante legal  
abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Preg3o Nº 015/2022/SEPLAG, DECLARA, sob as penas da  
lei, ser **ME, EPP ou MEI** e que n3o se encontra em nenhuma das situaç3es previstas no § 4º do art. 3º da Lei  
Complementar nº 123/06 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/18, est3 apto a usufruir do  
tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

**ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 000/202X/SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GEST3O**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** N° 000/0000/SEPLAG  
**PROCESSO:** N° 2801370/2021/SEPLAG.  
**PREG3O:** N° 015/2022/SEPLAG.

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GEST3O - SEPLAG/MT, situada no Centro Político Administrativo, Bloco III, CEP: 78049-005, Cuiab3/MT, CNPJ: 03.507.415/0004-97, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob n° \_\_\_\_\_ e portador da C3dula de Identidade sob n° \_\_\_\_\_, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) relacionadas, quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classifica3o obtida em cada lote, atendendo as condi3oes, as especifica3oes t3cnicas e as propostas ofertadas na licita3o regulamentada pelo Edital e anexos do **PREG3O ELETR3NICO n° 015/2022**, do tipo **MEHOR PREÇO UNIT3RIO POR LOTE**, PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 2801370/2021, independentemente de transcri3oes, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional 3s partes.

<b>EMPRESA</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	
<b>REPRESENTANTE:</b>	Nome: CPF: RG:
<b>CONTATO (TELEFONE)</b>	(XX)

Sujeitam-se as partes 3s normas constantes da Constitui3o Federal de 1988, Lei Federal n° 8666/93 e suas eventuais altera3oes, Lei Federal n° 10.520/02, Decreto Estadual n° 840/17, Lei Complementar n° 123/06, Lei Estadual n° 7.696/02, sem prejuízo de outras normas aplic3aveis.

**1. DO OBJETO**

- Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, no respectivo LOTE, para futura e eventual aquisi3o g3neros aliment3cios, sendo **Açúcar, Caf3, Ch3 Mate, Caf3 Solúvel tipo Cappuccino e Guaran3 Ralado, em atendimento 3 demanda dos 3rg3os/Entidades do Poder Executivo Estadual**, conforme condi3oes e especifica3oes constantes nesta Ata de Registro de Preço.

<b>LOTE (XX)</b>					
<b>EMPRESA:</b>					
<b>Item</b>	<b>Especifica3o</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Marca/ Fabricante/ Modelo</b>	<b>Valor Unit3rio</b>
1					
<b>VALOR TOTAL LOTE (XX) R\$</b> ( )					

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS:**

- O preço unit3rio de cada item englobar3 todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunera3oes, despesas fiscais e financeiras, benef3cios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necess3rias ao cumprimento do objeto deste Registro, e n3o ser3 considerada nenhuma reivindica3o adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

- Esta Ata de Registro de Preço n3o gera a obriga3o aos 3rg3os e Entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo caracter3stica de futura e eventual contrata3o de acordo com os preços, fornecedores benefici3rios e condi3oes relacionadas na licita3o e propostas apresentadas.
- Consideram-se participantes da Ata de Registro de Preços os 3rg3os e Entidades que responderam 3 pesquisa de demanda consolidada nos autos, na fase interna da licita3o.
- 3rg3os/Entidades participantes que responderam as pesquisas de quantitativo n° 541/2021, disponibilizada no





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Sistema de Aquisiç3es Governamentais – SIAG, e encerrada no dia 14/09/2021, e acostada ao processo administrativo. Sendo os seguintes: AGER, CASA CIVIL, CGE, DETRAN, FAPEMAT, GOVERNADORIA, INDEA, INTERMAT, IPEM-MT, JUCEMAT, MTPREV, MTSAUDE, PGE, SEAF, SECEL, SECITECI, SECOM, SEDEC, SEDUC, SEFAZ, SEMA, SEPLAG, SES, SESP, SETASC, SINFRA, UNEMAT.

**2.3.1.** Os 3rg3os/Entidades do Poder Executivo Estadual n3o participantes e demais, ser3o adesos na forma prevista no Decreto Federal n3o 7.892/2013, suas alteraç3es e Decreto Estadual n3o 840/2017 (Ades3o Carona).

**2.4.** A utilizaç3o dos quantitativos registrados nesta Ata, pelos 3rg3os ou Entidades participantes, ser3o restrita ao quantitativo informado na pesquisa de demanda, conforme relat3rio de pesquisa.

**2.4.1.** Excepcionalmente a SEPLAG poder3o remanejar entre os participantes da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados, desde que devidamente justificado pelo 3rg3o adeso, conforme o artigo 77, VII do Decreto Estadual n3o 840/17.

### 3. DA FORMA DE EXECUÇ3O

**3.1.** A empresa detentora do Registro dever3o realizar a entrega dos produtos para atender as necessidades dos 3rg3os adesos conforme especificado no Edital e seus anexos, no Termo de Refer3ncia e na proposta de preços.

**3.2.** Ap3s a publicaç3o desta Ata no Di3rio Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos 3rg3os participantes, bem como a manter as condiç3es de habilitaç3o durante todo o per3odo de vig3ncia da Ata.

**3.3.** Somente existir3o prioridade para efetuar a contrataç3o da empresa vencedora da cota reservada, no Registro de Preços, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorr3ncia, se esta for de menor valor.

**3.4.** Na hip3tese prevista no item 3.3, se a empresa vencedora n3o aceitar reduzir o valor registrado at3 o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecer3o v3lido para outras contrataç3es, ap3s o exaurimento da cota de menor valor, n3o lhe sendo assegurada a prioridade de contrataç3o.

### 4. DAS ADES3ES DOS 3RG3OS N3O PARTICIPANTES – ADES3O CARONA

**4.1.** Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vig3ncia, poder3o ser utilizada por qualquer 3rg3o/Entidade da Administraç3o P3blica, n3o participante do Registro, que manifeste o interesse junto ao 3rg3o Gerenciador – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GEST3O, desde que sejam cumpridas as seguintes condiç3es:

**I)** A Ata ainda esteja vigente e n3o tenha esgotado o quantitativo registrado do item solicitado;

**II)** O quantitativo decorrente das ades3es 3 a Ata de Registro de Preços dever3o ser de, no m3ximo, at3 o qu3ntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o 3rg3o gerenciador e 3rg3os participantes, independentemente do n3mero de 3rg3os n3o participantes que aderirem, nos termos do art. 84, §23o do Decreto n3o 840/17.

**III)** 3 poss3vel a ades3o carona de empresas estatais de Mato Grosso, na forma do art. 138-A, par3grafo 3nico, do Decreto Estadual n3o 840/2017, desde que haja previs3o em seus respectivos regulamentos, seguindo a contrataç3o da minuta espec3fica anexa (Minuta de Contrato das Empresas Estatais - Anexo VIII do Edital, regida pela Lei n3o 13.303/2016).

**a)** A possibilidade de ades3o n3o altera o regime deste Edital de licitaç3o, nem da respectiva Ata de Registro de Preço.

**b)** Os procedimentos de contrataç3o pelas empresas estatais devem observar a Lei n3o 13.303/2016 e seus regulamentos pr3prios, sem preju3zo das alteraç3es contratuais condizentes 3s suas peculiaridades. Em caso de contrataç3o por ades3o carona das empresas estatais condizentes 3s suas peculiaridades.

**c)** Em caso de contrataç3o por ades3o carona das empresas estatais, o regime de execuç3o contratual seguir3o as normas aplic3veis a essas pessoas jur3dicas.

**IV)** O pedido de ades3o carona seja instruido com os seguintes documentos:





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- a) Termo de Referência ou Plano de Trabalho aprovado pela autoridade competente;
  - b) Planilha de bens ou serviços, com a indicação do lote, item, valores e quantidades a serem utilizados;
  - c) Comprovante de reserva orçamentária, através de pedido de empenho ou equivalente assinado pelo Ordenador de Despesas;
  - d) Declaração da empresa registrada de que aceita o pedido e de que o atendimento à adesão carona não prejudicará o fornecimento de materiais aos Órgãos participantes;
  - e) Parecer jurídico conclusivo favorável à contratação, aprovado pelo Secretário da Pasta ou autoridade equivalente.
- 4.2. O Órgão ou Entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.
- 4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;
- 4.4. Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO emitirá a respectiva autorização.
- 4.5. A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.
- 4.6. Caso o Órgão ou Entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.
- 4.7. É de exclusiva responsabilidade do Órgão ou Entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO as eventuais sanções aplicadas.
- 4.8. As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo do item registrado.

#### 5. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. O gerenciamento desta Ata caberá à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, por meio da Coordenadoria de Autorizações e Registro de Preços, no seu aspecto operacional e à Unidade Setorial da Procuradoria Geral do Estado, nas questões legais, competindo-lhes, ainda:
- I) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
  - II) Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da Ata de acordo com as condições ajustadas no Edital e anexos;
  - III) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;
  - IV) Autorizar a adesão de Órgãos e Entidades não participantes deste Registro de Preços;
  - V) Promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO;
  - VI) Arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.
- 5.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços.

#### 6. DA VIGÊNCIA

- 6.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de circulação do Diário Oficial





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo **extrato da Ata**.

## 7. DA EFICÁCIA

- 7.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada pelo art. 86, III do Decreto Estadual nº 840/17.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

- 8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 89 e seguintes do Decreto Estadual nº 840/17 e do art. 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 8.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar o reequilíbrio para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 8.666/93, inclusive com a comprovação da composição dos custos causados pela álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 8.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de que trata o subitem 8.3 passarão por análise jurídica da Unidade Setorial da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso e contábil, cabendo ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão a decisão sobre o pedido.
- 8.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do Registro.
- 8.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
- 8.7. Fracassada a negociação com a Adjudicatária, a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO poderá rescindir esta Ata e convocar formalmente, pelo preço exigido da empresa registrada anteriormente, as demais empresas classificadas e habilitadas na licitação, na ordem de classificação, até que se registre novo preço ou, fracassada a negociação, seja revogada a Ata e iniciada nova licitação.
- 8.8. As alterações dos preços registrados, oriundos de revisão, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- 8.9. Nos preços registrados estão inseridas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).
- 8.10. Poderá ser alterado o produto registrado nesta Ata de Registro de Preços, a requerimento da Adjudicatária, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anterior, nas condições pactuadas, e seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, sem acréscimos financeiros.
- 8.11. A substituição de produto, obedecerá aos procedimentos constantes no art. 95 do Decreto nº 840/17 e, ainda que temporária, deverá ser registrada por Aditivo.
- 8.12. A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO poderá liberar a Adjudicatária do compromisso assumido quando esta informar formalmente e comprovar a efetiva impossibilidade de cumprimento, não sendo sujeita à sanção, se comunicar o fato antes do pedido de fornecimento do Órgão ou Entidade.
- 8.13. **Será incluído, na respectiva Ata na forma de anexo, o registro das Licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da Licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.**

## 9. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
- 9.1.1. Quando a empresa descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Quando não for retirada a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Administração, sem justificativa aceitável;

**9.1.3.** Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los e restar inexistosa a negociação com as demais empresas classificadas; ou

**9.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

**9.2.** O cancelamento de Registros nas hipóteses previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.4** será formalizado por despacho da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**9.3.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

**9.3.1.** Por razão de interesse público; ou

**9.3.2.** A pedido do fornecedor.

**9.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**9.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues, anteriormente ao cancelamento.

**9.6.** Caso a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das Faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**9.7.** O cancelamento do Registro de Preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

#### **10. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**10.1.** As contratações serão formalizadas pelos Órgãos e Entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei nº 8.666/93, observadas as disposições constantes na minuta de Contrato, anexo do Edital.

**10.2.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos Órgãos e Entidade aderentes, cujo elemento de despesas e Nota de Empenho constarão nos respectivos Contratos, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços;

**10.3.** As adesões carona de Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias, observarão o disposto na Lei nº 13.303/2016, tendo como parâmetro as disposições constantes na Minuta de Contrato II, anexo do Edital do Pregão Eletrônico 015/2022.

**10.3.1.** Os procedimentos legais que precedem a adesão e a contratação, são de exclusiva responsabilidade das empresas estatais, devendo estas quando da formalização do Contrato, adequar as suas cláusulas levando em consideração as peculiaridades da sua demanda e da Lei aplicável.

**10.3.2.** Destaca-se que o art. 40 da Lei nº 13.303/2016, indica que as estatais devem manter atualizados o RILC, sendo que as "disposições do regulamento devem basear-se nas normas gerais da Lei nº 13.303/16, vedado à empresa estatal dispor de modo diverso, porém admitidas soluções procedimentais com elas compatíveis, com o fim de atender às peculiaridades de cada empresa".

**10.4.** A Adjudicatária deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/Ordem de Fornecimento.

**10.5.** Para formalização do Contrato será exigido Termo Anticorrupção das empresas beneficiadas direta ou indiretamente com recursos públicos estaduais, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

**10.6.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do Registro de Preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

**10.7.** A Adjudicatária deverá apresentar no ato de assinatura do contrato:

**10.7.1.** Para o produto café, apresentar Certificado de qualidade da "Associação Brasileira da Indústria de







**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Café" (ABIC) e/ou Laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA, por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde ou por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando o selo de pureza e qualidade vigente.

**10.7.2.** Indicar o responsável pela comunicação entre o Contratante e a Contratada (Preposto), conforme estabelece o item 10 deste Termo de Referência.

## 10.8. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

**10.8.1.** Na hipótese do Contrato a ser firmado com Órgão/Entidade ou Empresa Estatal de Mato Grosso, se enquadrar no limite da Lei Estadual nº 11.123/2020, atualizado pelo Decreto Federal nº 9412/2018, o fornecedor deverá comprovar que mantém programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública Direta e Indireta.

**10.8.2.** Caso a futura Contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 11.123/20 concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do Contrato.

**10.8.2.1.** Na hipótese do não cumprimento do prazo estipulado, será aplicada multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor do Contrato a contar do término do prazo de 180 dias conforme art. 6º da citada lei.

**10.8.2.2.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**10.8.2.3.** O cumprimento da exigência da implantação fará cessar a aplicação diária da multa, sendo devido o pagamento do percentual até o dia anterior à data do protocolo.

**10.8.2.4.** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**10.8.3.** Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes correrão à conta da empresa Contratada, não cabendo a empresa Contratada, não cabendo ao Contratante (Órgão/Entidade ou Empresa Estatal de Mato Grosso) o seu ressarcimento.

## 11. DAS PENALIDADES

**11.1.** A Licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**11.2.** Quanto ao atraso para assinatura do Contrato:

- a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Nota de Empenho se for entrega única e sobre o valor do Contrato se for entrega parcelada;
- b) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Nota de Empenho se for entrega única e sobre o valor do Contrato se for entrega parcelada, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**11.3.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- I) Advertência;
- II) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado, e corrigido monetariamente, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;
- III) **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e de contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- IV) **Impedimento** de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e com consequente descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- V) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados e após 02 (dois) anos de sua aplicação.

- 11.4. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa Contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente;
- 11.5. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente:
- I) A sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;
  - II) Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
  - III) As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.
- 11.6. O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos Contratos decorrentes, que deverá ser realizada pelos Órgãos e Entidades aderentes.

## 12. DAS VEDAÇÕES

- 12.1. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços além do limite de vigência legalmente estabelecido.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 13.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.
- 13.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2022** e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do Contrato, que está disponível no site da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o Edital.
- 13.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 840/17;

## 14. DO FORO

- 14.1. As partes Contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

**SECRETARIO DE ESTADO DE  
PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**SECRETÁRIO ADJUNTO DE AQUISIÇÕES  
GOVERNAMENTAIS**

**REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**REPRESENTANTE DA EMPRESA**

\* **ANEXO I – Cópia da Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 015/2022** a fim de registrar as Licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da Adjudicatária na sequência da classificação do certame, em atendimento ao inciso II do art. 64 do Decreto nº 840/17.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII – DA MINUTA DO CONTRATO I – ÓRGÃOS/ENTIDADES

**NOTAS EXPLICATIVAS:** Os espaços existentes neste modelo de Contrato, bem como os itens ressaltados devem ser preenchidos ou adotados pelo Órgão ou Entidade pública licitante, de acordo com as peculiaridades do objeto da licitação e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam produzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da licitação, para que não conflitem. Alguns itens recebem notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração das minutas referentes à licitação, que deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE  
\_\_\_\_\_, ATRAVÉS DE REGISTRO DE  
PREÇO, QUE ENTRE SI FAZEM O  
\_\_\_\_\_ E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O ESTADO DE MATO GROSSO por meio da(o) \_\_\_\_\_, doravante denominado Contratante, com sede no Centro Político Administrativo – Cuiabá-MT, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ e de outro lado à Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente Contratada, localizada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o processo nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 8666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assim como, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- 1.1. O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada no **fornecimento de gêneros alimentícios, sendo Açúcar, Café, Chá Mate, Café Solúvel tipo Cappuccino e Guaraná Ralado, em atendimento à demanda dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual**, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/202X/SEPLAG, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 015/2022/SEPLAG**, em conformidade com o Termo de Referência apresentado e demais anexos, independente de transcrição.
- 1.2. Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 015/2022/SEPLAG** com seus anexos e proposta contratada.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA/ FABRICANTE / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

**Nota:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de \_\_\_\_\_ meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

#### CLAÚSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 3.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 3.2. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - Página 51 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>



SEPLAGCAP202318468A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**3.3.** A entrega dos objetos ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante do Contratante, com atribuições específicas.

**3.4.** A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

### **3.5. DO FORNECIMENTO DO OBJETO**

**3.5.1.** A Contratada deverá fornecer açúcar, café, café tipo cappuccino, chá e guaraná ralado em pó satisfazendo as exigências estabelecidas no item 7 do Termo de Referência - Anexo III do Edital.

### **3.6. DOS PRAZOS E HORÁRIOS DE ENTREGA**

**3.6.1.** O prazo para entrega dos produtos será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

**3.6.2.** As demais regras acerca dos prazos e horários de entrega estão estabelecidas nas disposições contidas no item 8 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

### **3.7. DO LOCAL DE ENTREGA**

**3.7.1.** Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e/ou Várzea Grande, nas unidades indicadas pelo Órgão/Entidade Contratante, na Ordem de Fornecimento.

### **3.8. DO PREPOSTO DA CONTRATADA**

**3.8.1.** A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, um Preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço, telefones comercial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros;

**3.8.2.** As demais regras acerca do Preposto da Contratada estão dispostas no item 10 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

### **3.9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**3.9.1.** A Contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**4.1.** Os produtos serão recebidos em conformidade com o determinado no item 18 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado pelo Contratante em favor da Contratada em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Contratante;

**5.2.** O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

**5.3.** Caso o objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da Nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente.

**5.4.** O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

**5.5.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**5.5.1.** Não produziu os resultados acordados;

**5.5.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**5.5.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6. As demais condições de pagamento estão dispostas no item 16 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. Os recursos para pagamento dos produtos do referido objeto será (ao) da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentárias:

Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso
-----	-----	-----

**Nota:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com as especificações do objeto contida no Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

8.1. As exigências relacionadas a garantia dos produtos são aquelas dispostas no item 15.2 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A contratada deverá cumprir rigorosamente as obrigações discriminadas no item 12 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**9.2. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

9.2.1. Na hipótese do Contrato a ser firmado com Órgão/Entidade se enquadrar no limite da Lei Estadual nº 11.123/2020, atualizado pelo Decreto Federal nº 9412/2018, o fornecedor deverá comprovar que mantém programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.2.2. Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 11.123/20 concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do Contrato.

9.2.2.1. Na hipótese do não cumprimento do prazo estipulado, será aplicada multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor do Contrato a contar do término do prazo de 180 dias conforme art. 6º da citada lei.

9.2.2.2. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

9.2.2.3. O cumprimento da exigência da implantação fará cessar a aplicação diária da multa, sendo devido o pagamento do percentual até o dia anterior à data do protocolo.

9.2.2.4. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

9.2.3. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes correrão à conta da empresa Contratada, não cabendo ao Órgão/Entidade contratante o seu ressarcimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. As obrigações da Contratante são aquelas contidas no item 13 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 11.1. O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 11.2. Durante a vigência do Contrato a Contratada poderá solicitar o **reequilíbrio** para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 8.666/93, inclusive com a comprovação da composição dos custos causados pela álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 11.3. Conforme o art. 3º da Lei nº 10.192/01, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da Contratada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o IPCA-IBGE.
- 11.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços deverão, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil (se for o caso) e jurídica pelo Contratante, da viabilidade do feito.
- 11.5. Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao Contrato, e o reajuste mediante apostilamento.
- 11.6. DO REAJUSTE**

11.6.1. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data da proposta realinhada apresentada na licitação, e desde que sejam obedecidas as regras dispostas no item 16.17 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a contratada que:
- Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
  - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - Comportar-se de modo inidôneo;
  - Cometer fraude fiscal;
  - Não executar, parcial ou total o contrato;
- 12.2. A Contratada que cometer infração administrativa, estará sujeita à aplicação das seguintes sanções a saber:
- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o Contratante;
- 12.2.2. **Multas**:
- Por atraso: será aplicado multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso até o limite 60 (sessenta) dias, após será considerado inexecução total do contrato;
  - Por faltas médias ou inexecução parcial: será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos ao Contratante e, na sua reincidência, esse percentual será de até 10% (dez por cento);
  - Por falta grave ou inexecução total: será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Será entendida como falta grave aquela que acarrete prejuízo para o Contratante. Quanto a inexecução total a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao Contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do Contrato;
- 12.2.2.1. A multa eventualmente imposta à Contratada, poderá ser descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, garantido o contraditório e ampla defesa;
- 12.2.2.2. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/Entidade Contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;
- 12.2.2.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda, o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa;





Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 12.2.2.4.** As multas previstas nesta se<sup>o</sup> n<sup>o</sup> eximem a Contratada da reparac<sup>o</sup> dos eventuais danos, perdas ou prej<sup>u</sup>zos que seu ato pun<sup>iv</sup>el venha causar ao <sup>o</sup>rg<sup>o</sup>/Entidade;
- 12.2.3.** **Suspens<sup>o</sup> tempor<sup>aria</sup>** do direito de participar em licitac<sup>o</sup> e de contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de at<sup>e</sup> 02 (dois) anos;
- 12.2.4.** **Impedimento** de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e com consequente descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de at<sup>e</sup> 05 (cinco) anos;
- 12.2.5.** **Declara<sup>o</sup> de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administra<sup>o</sup> P<sup>u</sup>blica enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni<sup>o</sup> ou at<sup>e</sup> que seja promovida a reabilitac<sup>o</sup> perante a pr<sup>o</sup>pria autoridade que aplicou a penalidade, que ser<sup>a</sup> concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prej<sup>u</sup>zos causados e ap<sup>o</sup>s 02 (dois) anos de sua aplicac<sup>o</sup>;
- 12.3.** As san<sup>o</sup>es previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5, poder<sup>o</sup> ser aplicadas juntamente com as de multa;
- 12.4.** A aplicac<sup>o</sup> de qualquer das penalidades previstas realizar-se<sup>a</sup> em processo administrativo que assegurar<sup>a</sup> o contradit<sup>o</sup>rio e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei n<sup>o</sup> 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei Estadual n<sup>o</sup> 7.692, de 2002;
- 12.5.** A autoridade competente, na aplicac<sup>o</sup> das san<sup>o</sup>es, levar<sup>a</sup> em considerac<sup>o</sup> a gravidade da conduta do infrator, o car<sup>a</sup>ter educativo da pena, bem como o dano causado <sup>a</sup> Administra<sup>o</sup>, observado o Princ<sup>ip</sup>io da Proporcionalidade.
- 12.6.** Todas as san<sup>o</sup>es aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inid<sup>o</sup>neas e Suspensas-CEIS/MT.

#### CL<sup>A</sup>USULA D<sup>E</sup>CIMA TERCEIRA – DA RESCIS<sup>o</sup>

- 13.1.** O presente Termo de Contrato poder<sup>a</sup> ser rescindido nas hip<sup>o</sup>teses previstas no art. 78 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93, com as consequ<sup>e</sup>ncias indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prej<sup>u</sup>zo das san<sup>o</sup>es aplic<sup>ave</sup>is.
- 13.2.** Tal rescis<sup>o</sup> poder<sup>a</sup> ocorrer a qualquer tempo mediante comunicac<sup>o</sup> oficial de no m<sup>in</sup>imo 30 (trinta) dias de anteced<sup>e</sup>ncia <sup>a</sup> outra parte.
- 13.3.** Os casos de rescis<sup>o</sup> contratual ser<sup>o</sup> formalmente motivados, assegurando-se <sup>a</sup> Contratada o direito a pr<sup>e</sup>via e ampla defesa.
- 13.4.** A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescis<sup>o</sup> administrativa prevista no art. 77 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93.

#### CL<sup>A</sup>USULA D<sup>E</sup>CIMA QUARTA – DO DIREITO DE PETI<sup>o</sup>

- 14.1.** No tocante a recursos, representa<sup>o</sup>es e pedidos de reconsiderac<sup>o</sup>, dever<sup>a</sup> ser observado o disposto no Art. 109 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93.

#### CL<sup>A</sup>USULA D<sup>E</sup>CIMA QUINTA – DA FISCALIZAC<sup>o</sup> E ACOMPANHAMENTO

- 15.1.** A fiscalizac<sup>o</sup> ser<sup>a</sup> exercida por servidor designado pelo Contratante, ao qual competir<sup>a</sup> dirimir as d<sup>u</sup>vidas que surgirem no curso da execu<sup>o</sup> do presente contrato, conforme art. 67 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93.
- 15.2.** Demais regras de fiscalizac<sup>o</sup> est<sup>o</sup>o dispostas e devem ser exercidas nos termos do item 17 do Termo de Refer<sup>e</sup>ncia – Anexo III do Edital.

#### CL<sup>A</sup>USULA D<sup>E</sup>CIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1.** Os casos omissos ser<sup>o</sup> decididos pelo Contratante, segundo as disposi<sup>o</sup>es contidas na Lei n<sup>o</sup> 8666/93, na Lei 10.520/02 e demais normas estaduais de licitac<sup>o</sup>es e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposi<sup>o</sup>es contidas na Lei n<sup>o</sup> 8.078/90 – C<sup>o</sup>digo de Defesa do Consumidor – e normas e Princ<sup>ip</sup>ios Gerais dos Contratos.

#### CL<sup>A</sup>USULA D<sup>E</sup>CIMA S<sup>E</sup>TIMA – DA CLAUSULA ANTICORRUP<sup>o</sup>

- 17.1.** Para a execu<sup>o</sup> deste Contrato, nenhuma das partes poder<sup>a</sup> oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta pr<sup>o</sup>pria quanto por interm<sup>ed</sup>io de outrem, qualquer pagamento, doa<sup>o</sup>, compensac<sup>o</sup>, vantagens financeiras ou benef<sup>ic</sup>ios de

Rua C, Bloco III • Centro Pol<sup>it</sup>ico Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiab<sup>a</sup> • Mato Grosso  
Portal de Aquisi<sup>o</sup>es: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - P<sup>ag</sup>ina 55 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050 / CPS - 17/05/2023 <sup>a</sup>s 10:27:09.  
Documento N<sup>o</sup>: 8826122-3651 - consulta <sup>a</sup> autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>



SEPLAGCAP202318468A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

- 17.2. Consta em anexo do Contrato o Termo Anticorrupção (**Anexo**), expresso pela Contratada, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 18.2. O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 18.3. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 18.4. A declaração de nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar a Contratada pelo que essa houver executado, e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 18.5. Incumbirá ao Contratante, providenciar a publicação do extrato deste Contrato, em conformidade com o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.
- 18.6. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato Administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 19.1. Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá – MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 1

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 2







Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO VII-a – MINUTA DO TERMO ANTICORRUPÇÃO (ANEXO DO CONTRATO)**

**TERMO ANTICORRUPÇÃO**

\_\_\_\_\_, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o Contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

....., ..... de ..... de 20XX.

.....  
Empresa

.....  
Representante





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO VIII – DA MINUTA DO CONTRATO II – EMPRESAS ESTATAIS**

**NOTAS EXPLICATIVAS:** Os espaços existentes neste modelo de Contrato, bem como os itens ressaltados devem ser preenchidos ou adotados pela Empresa Estatal contratante, de acordo com as peculiaridades do objeto da licitação e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam produzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da licitação, para que não conflitem. Alguns itens recebem notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração das minutas referentes à licitação, que deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE  
 \_\_\_\_\_ ATRAVÉS DE REGISTRO DE  
 PREÇO, QUE ENTRE SI FAZEM O  
 \_\_\_\_\_ E A EMPRESA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (A EMPRESA ESTATAL CONTRATANTE), doravante denominada CONTRATANTE, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ e de outro lado à Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente Contratada, localizada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o processo nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Estadual nº 840/2017 e alterações, e subsidiariamente para os casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e alterações e supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

- 1.1. O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada no **fornecimento de gêneros alimentícios, sendo Açúcar, Café, Chá Mate, Café Solúvel tipo Cappuccino e Guaraná Ralado, em atendimento à demanda dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual**, que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/202X/SEPLAG, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 015/2022/SEPLAG**, em conformidade com o Termo de Referência apresentado e demais anexos, independente de transcrição.
- 1.2. Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 015/2022/SEPLAG** com seus anexos e proposta contratada.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA/ FABRICANTE / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

**Nota:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de \_\_\_\_\_ meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 3.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 13.303/2016, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 3.2. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Empresa Estatal

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso  
 Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>

Edital 015/2022/SEPLAG – Processo: 2801370/2021 - Página 58 de 64



Autenticado com senha por THIAGO FERREIRA DA SILVA - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10050  
 / CPS - 17/05/2023 às 10:27:09.  
 Documento Nº: 8826122-3651 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8826122-3651>





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

Contratante, especialmente designado, nos termos do Art. 40 da Lei nº 13.303/2016.

**3.3.** A entrega dos objetos ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante do Contratante, com atribuições específicas.

**3.4.** A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

**3.5. DO FORNECIMENTO DO OBJETO**

**3.5.1.** A Contratada deverá fornecer açúcar, café, café tipo cappuccino, chá e guaraná ralado em pó satisfazendo as exigências estabelecidas no item 7 do Termo de Referência - Anexo III do Edital.

**3.6. DOS PRAZOS E HORÁRIOS DE ENTREGA**

**3.6.1.** O prazo para entrega dos produtos será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

**3.6.2.** As demais regras acerca dos prazos e horários de entrega estão estabelecidas nas disposições contidas no item 8 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**3.7. DO LOCAL DE ENTREGA**

**3.7.1.** Os produtos serão entregues no perímetro urbano de Cuiabá e/ou Várzea Grande, nas unidades indicadas pelo Órgão/Entidade Contratante, na Ordem de Fornecimento.

**3.8. DO PREPOSTO DA CONTRATADA**

**3.8.1.** A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, um Preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço, telefones comercial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros;

**3.8.2.** As demais regras acerca do Preposto da Contratada estão dispostas no item 10 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**3.9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**3.9.1.** A Contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**4.1.** Os produtos serão recebidos em conformidade com o determinado no item 18 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado pelo Contratante em favor da Contratada em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Contratante;

**5.2.** O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

**5.3.** Caso o objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da Nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente.

**5.4.** O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

**5.5.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**5.5.1.** Não produziu os resultados acordados;

**5.5.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

**5.5.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**5.6.** As demais condições de pagamento estão dispostas no item 16 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** Os recursos para pagamento dos produtos do referido objeto será (ao) da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentárias:

Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso
-----	-----	-----

**Nota:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com as especificações do objeto contida no Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**7.1.** Fica dispensada a prestação de garantia para execução do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de aplicação subsidiária.

**CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

**8.1.** As exigências relacionadas a garantia dos produtos são aquelas dispostas no item 15.2 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A Contratada deverá cumprir as demais obrigações contidas no item 12 do Termo de Referência – Anexo III do Edital, com exceção dos itens 12.20 e 12.27 do Termo de Referência.

**9.1.1.** A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na prestação do serviço, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no § 1º do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016.

**9.1.2.** Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Estadual nº 840/2017 e alterações, e subsidiariamente para os casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e alterações.

**9.2. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**9.2.1.** Na hipótese do Contrato, a ser firmado com Órgão/Entidade ou Empresa Estatal de Mato Grosso, se enquadrar no limite da Lei Estadual nº 11.123/2020, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, o fornecedor deverá comprovar que mantém programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública Direta e Indireta.

**9.2.2.** Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 11.123/20 concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do Contrato.

**9.2.2.1.** Na hipótese do não cumprimento do prazo estipulado, será aplicada multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor do Contrato a contar do término do prazo de 180 dias conforme art. 6º da citada lei.

**9.2.2.2.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**9.2.2.3.** O cumprimento da exigência da implantação fará cessar a aplicação diária da multa, sendo devido o pagamento do percentual até o dia anterior à data do protocolo.

**9.2.2.4.** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**9.2.3.** Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes correrão à conta da empresa Contratada, não cabendo a Empresa Estatal Contratante o seu ressarcimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**10.1.** As obrigações da Contratante são aquelas contidas no item 13 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

**11.1.** O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 72 da Lei nº 13.303/2016 e subsidiariamente, ao disposto na Lei nº. 8.666/93.

**11.2.** Durante a vigência do Contrato a Contratada poderá solicitar o **reequilíbrio** para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 8.666/93, que tem aplicação subsidiária, juntando a comprovação da composição dos custos causados pela álea econômica extraordinária e extracontratual.

**11.3.** Conforme o art. 3º da Lei nº 10.192/01, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da Contratada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o IPCA-IBGE.

**11.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços deverão, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil (se for o caso) e jurídica pelo Contratante, da viabilidade do feito.

**11.5.** Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao Contrato, e o reajuste mediante apostilamento.

#### 11.6. DO REAJUSTE

**11.6.1.** O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data da proposta realinhada apresentada na licitação, e desde que sejam obedecidas as regras dispostas no item 16.17 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

**12.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a contratada que:

- a) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo, sob pena de sujeitar-se-á as sanções do artigo 84 da Lei nº 13.303/2016 e as penalidades do Código Penal;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Não executar, parcial ou total o contrato;

**12.2.** A Contratada que cometer infração administrativa, estará sujeita à aplicação das seguintes sanções a saber:

**12.2.1. Advertência**, por faltas leves, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o Contratante;

#### 12.2.2. Multas:

- a) Por atraso: será aplicado multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso até o limite 60 (sessenta) dias, após será considerado inexecução total do contrato;
- b) Por faltas médias ou inexecução parcial: será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos ao Contratante e, na sua reincidência, esse percentual será de até 10% (dez por cento);
- c) Por falta grave ou inexecução total: será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Será entendida como falta grave aquela que acarrete prejuízo para o Contratante. Quanto a inexecução total a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao Contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do Contrato;





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**12.2.2.1.** A multa eventualmente imposta à Contratada, poderá ser descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, garantido o contraditório e ampla defesa;

**12.2.2.2.** Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber da Empresa Estatal Contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

**12.2.2.3.** Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda, a Empresa Estatal proceder à cobrança judicial da multa;

**12.2.2.4.** As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Empresa Estatal;

**12.2.3. Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**12.3.** As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa.

**12.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 9784/99.

**12.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o Princípio da Proporcionalidade.

**12.6.** Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS/MT.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

**13.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido pelas partes contratantes, sem prejuízo das sanções, conforme Lei nº 13.303/2013 e demais aplicáveis.

**13.2.** Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte.

**13.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito a prévia e ampla defesa, observado as diretrizes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos das Estatais.

**13.4.** A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, conforme Lei nº 13.303/2013 e demais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**14.1.** No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93, de aplicação subsidiária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** O exercício da fiscalização será realizado por representante(es) designado(s) pela Empresa Estatal Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente Contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93, de aplicação subsidiária.

**15.2.** Demais regras de fiscalização estão dispostas e devem ser exercidas nos termos do item 17 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2016, Decreto Estadual nº 840/2017 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e Princípios Gerais dos Contratos.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO

- 17.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.
- 17.2. Consta em anexo do Contrato o Termo Anticorrupção (**Anexo**), expresso pela Contratada, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 18.2. O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 18.3. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 18.4. A declaração de nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar a Contratada pelo que essa houver executado, e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 18.5. Incumbirá ao Contratante, providenciar a publicação do extrato deste Contrato, em conformidade com o disposto no 51, §2º da Lei nº 13.303/2016.
- 18.6. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato Administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.
- 18.7. O presente Contrato, possui os mesmos anexos juntados no Contrato direcionados aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual (Administração Pública Direta).

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 19.1. Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá – MT, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE  
\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 1

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 2





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Este Edital de nº 015/2022/SEPLAG possui 64 (sessenta e quatro) folhas numeradas e ordenadas.

Cuiabá – MT, 22 de agosto de 2022.

**KATIENE CETSUMI MIYAKAWA PINHEIRO**

Secretária Adjunta de Aquisições Governamentais/SEPLAG

(Original assinado nos autos)

**Em conformidade:**

**LEONARDO CHAVES DE MOURA**

Superintendente de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG

(Original assinado nos autos)

**DANIELA MARQUES GODINHO**

Coordenadora de Licitações Governamentais/SEPLAG

(Original assinado nos autos)

